

O POVO BRASILEIRO JAMAIS CONCORDARÁ COM A ENTREGA DE FERNANDO DE NORONHA

LEIA NA 12ª PÁGINA NOTA DO PRESIDÍUM DO C.O. DO P.C.B.

Maior Vigor e Amplitude na Luta Pela Nossa Soberania

Os BRASILEIROS ingressam no ano novo com fundadas esperanças de novos êxitos em sua luta pela salvaguarda da soberania nacional e pelo progresso do país. O ano de 1956 encerrou-se com um balanço positivo, deixando um saldo de importantes vitórias contra o imperialismo norte-americano, vitórias que abrem caminho a outras conquistas.

Nos últimos doze meses os brasileiros travaram uma luta, ininterrupta contra as sucessivas investidas dos imperialistas que, por trás de sua brigada de choque golpista, recorreram aos mais tórpes processos com o fim de obter um retrocesso democrático no país e instaurar uma ditadura que realizasse a política entreguista exigida pelos círculos dominantes de Washington. Seu objetivo era e é revogar as medidas nacionalistas adotadas pelo governo (especialmente a Petrobras) e deter o movimento emancipador que, nos últimos anos, vem crescendo impetuosamente em nosso país e já consegue influir poderosamente no governo. Mas, ao contrário do que pretenderam os monopólios imperialistas e seus agentes, o golpismo não conseguiu impor-se. Pelo contrário: sofreu derrotas sérias e as forças patrióticas e nacionalistas, que asseguraram a vitória nas urnas, a posse e a permanência do governo Kubitschek-Goulart, conquistaram vitórias apreciáveis, levando o governo a realizar uma política que, apesar dos erros e vacilações — por vezes das concessões — presentes na ação do sr. Juscelino Kubitschek, têm adotado posições nacionalistas.

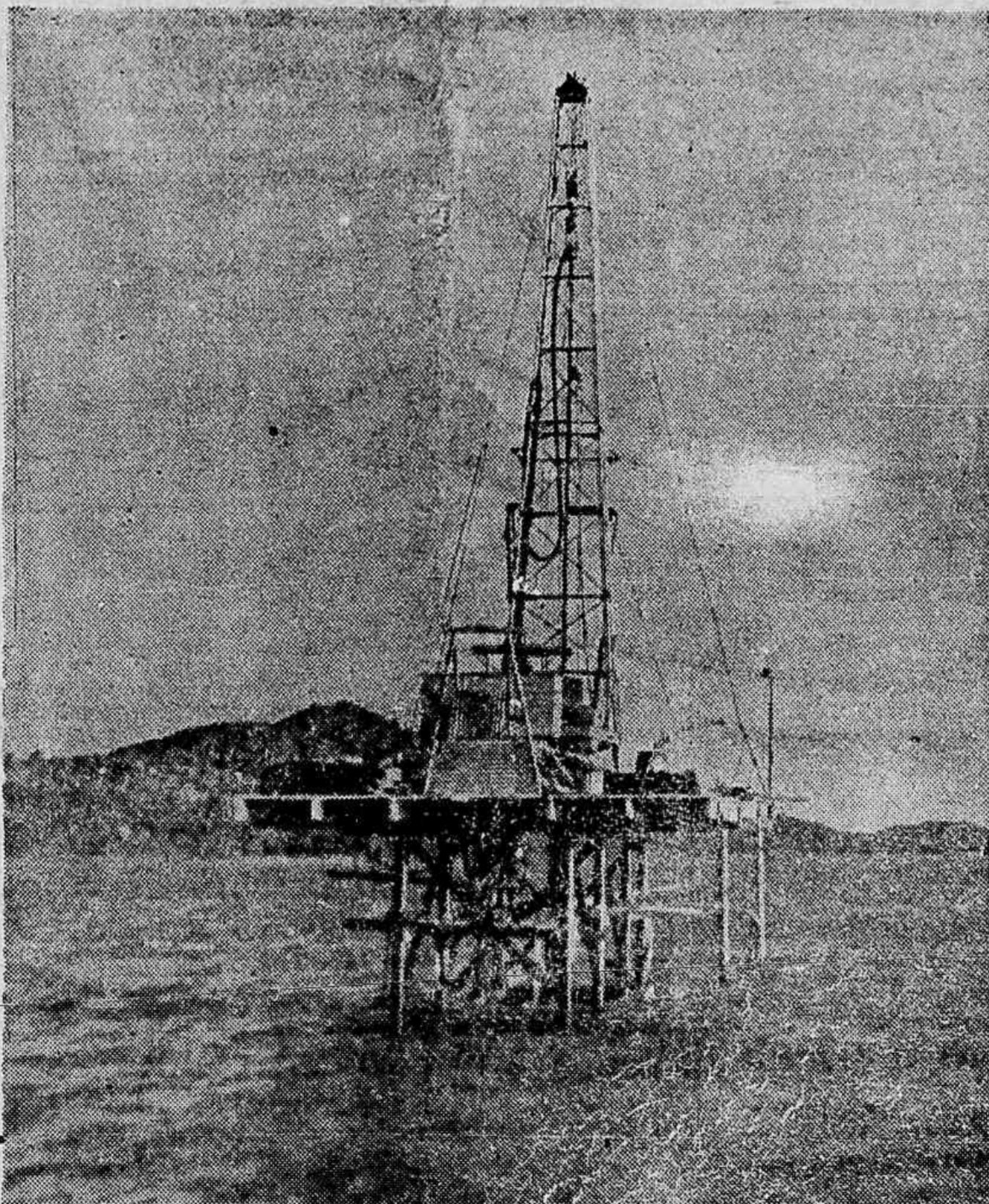
Isso é o que leva ao desespero os imperialistas ianques. Isso é que os leva a insistir na pregação golpista (depositam no golpismo suas melhores esperanças de dominação do Brasil e de realização de seus planos de saque de nossas riquezas) ao mesmo tempo em que procuram, utilizando-se das vacilações do governo e sua influência junto a certos elementos e setores reacionários deste, arrancar concessões.

Ingressamos em 1957 num clima de exigências e pressão norte-americanas sobre nosso país. Os militaristas de Washington exigem bases militares em nosso território, e especialmente a estratégica ilha de Fernando Noronha para instalação de uma base de projéteis teledirigidos. Ante a enérgica reação da opinião pública nacional — que, uma vez, já expulsou os ocupantes norte-americanos de bases militares brasileiras — agitam mais uma vez a chantagem da «guerra iminente», explorando o aguçamento da tensão internacional, pelo qual são responsáveis. E a realidade é que o governo vacila ante a essa pressão, cede ante argumentos capciosos, pondo em risco não somente a soberania, mas a própria segurança nacional. O povo brasileiro encontra-se, pois, diante de ameaça gravíssima, contra a qual precisa reagir como um só homem.

Nosso povo não deseja envolver-se nos planos bélicos dos Estados Unidos e não concorda com que se pretenda incluir-nos nos esquemas agressivos do Pentágono. O que exige, sim, e a realização de uma política externa de paz e de defesa da soberania nacional — política que é incompatível com a inclusão do país no gigantesco dispositivo militar dos Estados Unidos, o que nos ataria completamente a esse dispositivo de agressão, nos prenderia militarmente aos blocos agressivos dirigidos por Washington e ameaçaria diretamente nossa própria segurança, colocando-nos na situação de alvo preferencial em qualquer conflito armado. É esta, porém, a gravíssima ameaça que pesa sobre o Brasil. E, diante dela, a tarefa é unir a todos os patriotas, esclarecê-los, desmascarar os falsos argumentos capciosamente utilizados pelo inimigo, uni-los para salvaguardar os interesses da segurança e da soberania da pátria. O resultado desta batalha terá importância inapreciável para nossa luta pela independência e o progresso do Brasil.

VOZ OPERÁRIA

Nº 399 — RIO DE JANEIRO, 5 DE JANEIRO DE 1957



AMPLIAM-SE os campos petrolíferos da Bahia, onde se estão perfurando novos poços, inclusive poços submarinos. Na foto um poço submarino em D. João, no Recôncavo Baiano, o primeiro de muitos que serão abertos. (Leia, na página central, reportagem sobre a situação atual da Petrobrás).

BOLETIM DE DEBATE

ARTIGOS DE:

- ★ Carlos Mari-gHELLA — A Carta de Prestes e o Internacionalismo Proletário
- ★ Fernando Lara — Considerações Sôbre a UJC
- ★ N. A. Santos — Problemas do Estado do Rio no Processo de Democratização

★

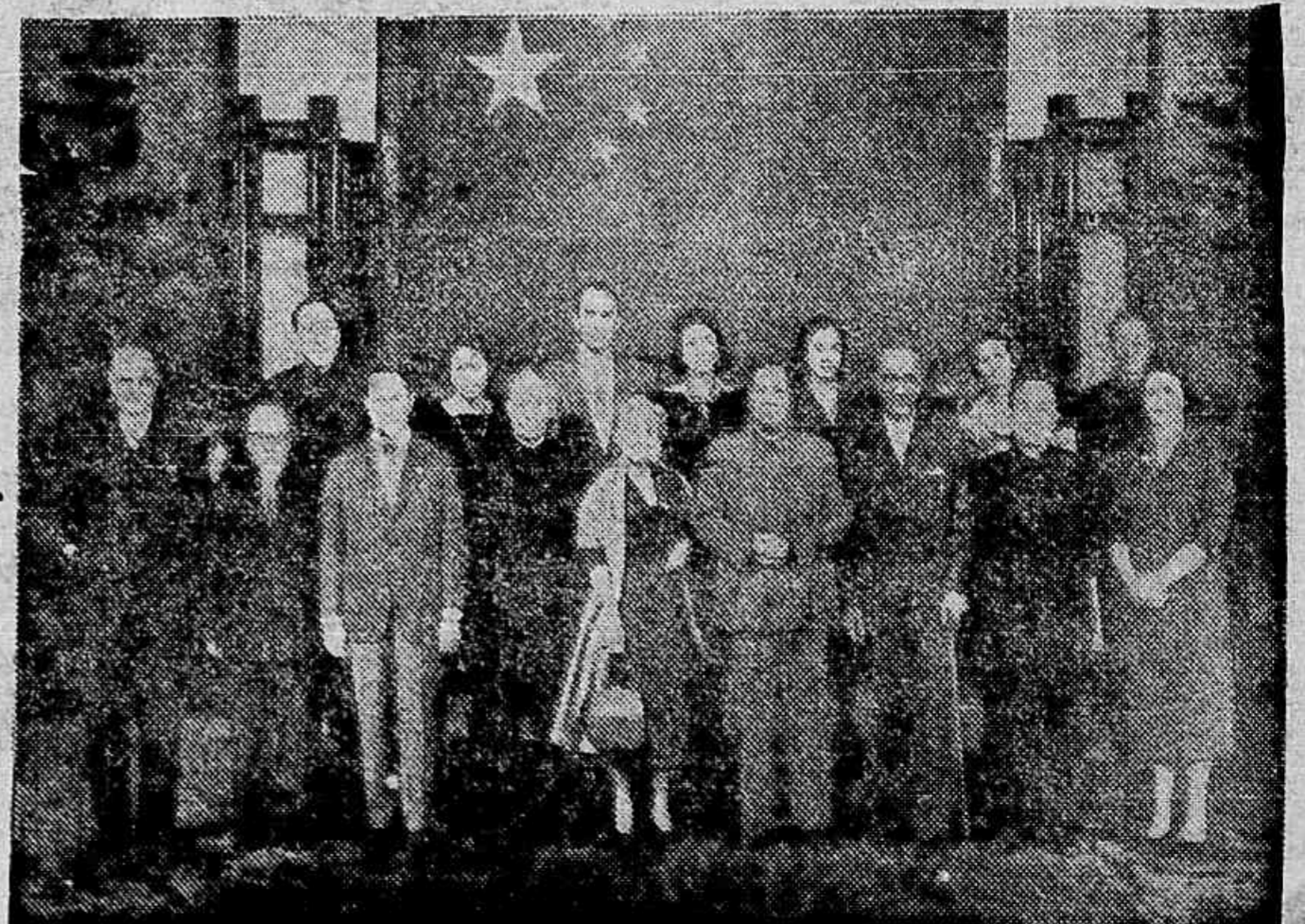
PELA APROVAÇÃO, NA CÂMARA, DO PROJETO DA RFFSA

(Texto na 9ª pag.)

★

Uma delegação de parlamentares brasileiros esteve recentemente em visita à República Popular da China. Os parlamentares visitaram grande número de cidades, fábricas e estabelecimentos culturais podendo observar o surto de progresso que hoje desfruta o povo chinês. No clichê, durante a visita ao Presidente Mao Tsé-tung, vêm-se o senador Domingos Velasco e os deputados Ranieri Mazzili e Saturnino Braga. No segundo plano aparece o deputado Emilio Carlos. Também figura na foto o presidente da Assembléia Nacional Consultiva do Povo Chinês, Liu Tchao-siú (Foto SIN-HUA).

★



Por Uma Conferência Econômica Mundial em 1957

M. NESTEROV

(PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO DA U.R.S.S.)

Entre as propostas de caráter econômico apresentadas na última sessão da Assembleia Geral da ONU por Dmitri Chepilov, ministro das Relações Exteriores da União Soviética, a que mais interessou à opinião pública foi relativa a convocação, em 1957, de uma conferência econômica mundial a que deveriam ser convidados todos os países, quer sejam ou não membros da ONU. Essa conferência poderia estudar palpitantes problemas econômicos como fomento do comércio mundial e a instituição de uma entidade comercial mundial, a colaboração econômica internacional para ajudar os países subdesenvolvidos na criação de uma economia nacional independente, problemas creditícios e financeiros internacionais.

As propostas da delegação soviética na ONU despertaram vivo interesse entre os homens de negócio dos diversos países. Os organismos econômicos soviéticos representados na Câmara de Comércio da URSS apóiam integralmente a idéia daquela convocação, considerando-a importante medida para o incremento da colaboração econômica pacífica entre as nações e, portanto, para o reforço da paz mundial.

Alguns círculos ocidentais tendem a considerar inoportunas as propostas soviéticas. Dizem que, num momento em que a situação internacional agravou-se devido à agressão ao Egito e aos acontecimentos na Hungria, não denota realismo apresentar os problemas econômicos internacionais. Não compartilhamos desse ponto de vista. Consideramos que a ampliação dos contactos econômicos entre os povos é assunto mais atual e urgente do que nunca.

Papel dos laços econômicos

Vale recordar alguns trechos do passado recente. Todo mundo reconhece que, nos últimos anos, foram obtidos consideráveis êxitos no alívio da tensão internacional. Para isso influenciou, em medida não pequena, o sensível desenvolvimento dos vínculos econômicos internacionais. O reforço dos contactos internacionais e econômicos entre os países de diversos sistemas sociais e políticos permitiu diminuir a desconfiança mútua e dar os primeiros passos na solução de importantes problemas políticos.

Recordemos a grande atenção que a Conferência de Genebra dos Chefes de Governo das quatro potências, realizada em meados do ano passado, dedicou aos problemas econômicos. Reconhece-se nela que o fomento dos contactos, sobretudo econômicos, é um dos problemas mundiais de maior atualidade e importância. A disposição do Soviète Supremo da URSS sobre o informe de N. A. Bulganin a respeito dos resul-

dos da Conferência de Genebra assinalava que «o estabelecimento de relações políticas, econômicas e culturais mais amplas entre os países, sem distinção de regime social e político, na base do respeito dos direitos soberanos e da não ingerência nos assuntos internos, corresponde aos interesses dos povos e levará ao fortalecimento da paz, da amizade e da cooperação entre eles».

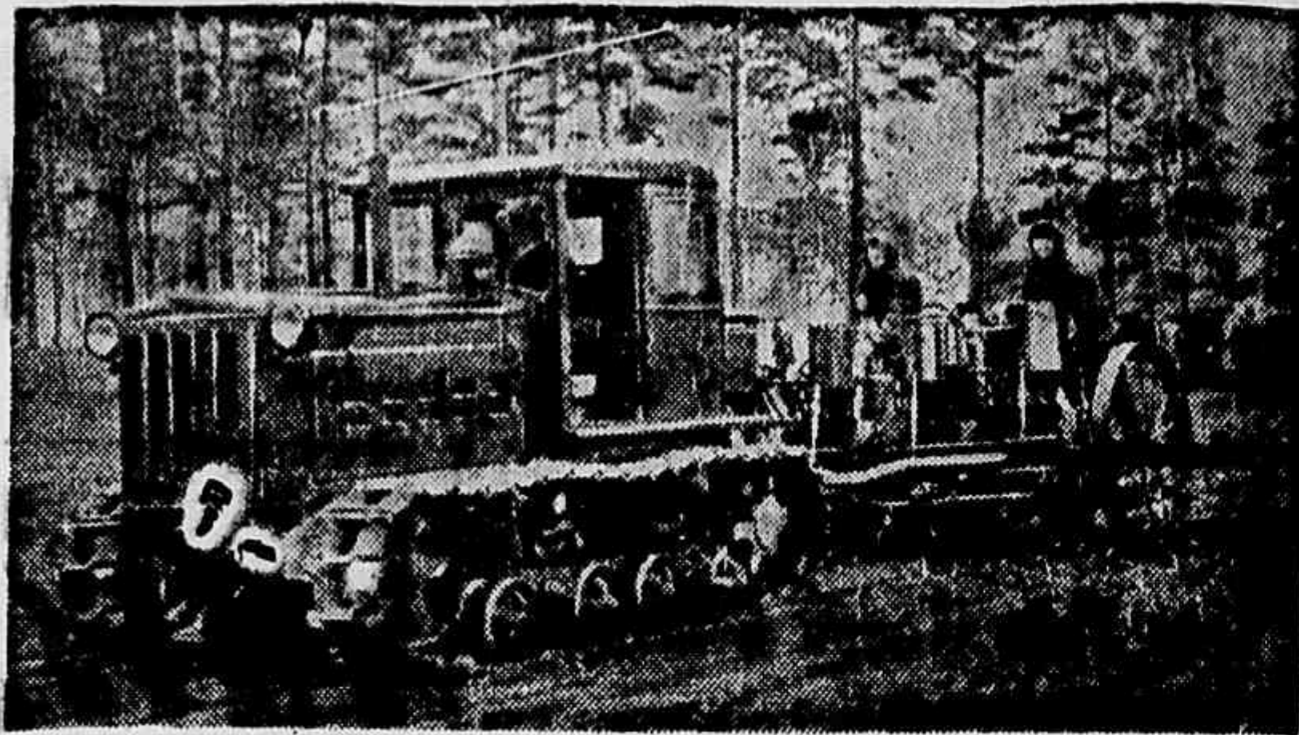
Ao propor na ONU a convocação de uma conferência econômica mundial para 1957 a delegação soviética insistia na consequente política de ampliação da colaboração econômica internacional que a União Soviética vem aplicando desde os primeiros dias de sua existência. Nosso país sempre esteve, e continua a estar, na vanguarda dos partidários do desenvolvimento dos elos econômicos entre os Estados. Esta firme atitude da União Soviética foi mais uma vez comprovada no XX Congresso do PCUS que propôs aos países capitalistas a palavra-de-ordem: «Comercio-mos!»

Convém destacar que o de-

sejo do Governo Soviético de impulsionar as relações econômicas entre os povos não se expressa apenas em declarações, mas, também, em fatos. O número de países com que a União Soviética comercializa e suas operações comerciais aumentam incessantemente. Comerciamos hoje em dia com sessenta e cinco países e o volume do comércio exterior de nosso país passou, em 1955, de vinte e cinco bilhões de rublos, ou seja, quase o dobro do volume de 1950.

Predominam no comércio soviético os países do campo socialista. Em 1950, as cifras comerciais a eles referentes atingiram 10 bilhões e 600 milhões de rublos e, em 1955, 19 bilhões e 500 milhões. Além do comércio, há outras formas de colaboração econômica dos países do campo socialista: ordenação dos planos da economia nacional, concessão de créditos, ajuda técnica no projeto construção, montagem e colocação em funcionamento de empresas industriais, ajuda na formação pessoal, etc.

Os mais recentes exemplos de fecunda colaboração econômica dos países do campo



As potentes máquinas agrícolas soviéticas, que interessam ao desenvolvimento da agricultura de grande número de países, figuram entre os artigos capazes de intensificar e intercâmbio comercial com o mundo capitalista.

do socialismo são os acordos econômicos firmados por nossos países com a República Popular da Polónia e a República Popular Rumena. A União Soviética concordou em fornecer a crédito, durante 1957, 1.400.000 toneladas de cereais a Polónia, concedendo-lhe também um crédito a longo prazo de 700 milhões de rublos. Em virtude do acordo firmado com a Rumânia, a União Soviética lhe fornecerá, em 1957, 450.000 toneladas de trigo, bem como um crédito para pagar os equipamentos soviéticos e a assistência técnica na construção de empresas da indústria química. Tais acordos contribuem poderosamente para o incremento da colaboração entre a União Soviética e as democracias populares.

A União Soviética mantém igualmente amplas relações econômicas com os países não socialistas. É certo que elas se limitam, até agora, principalmente a laços comerciais. Todavia, nos últimos anos, surgiram novas formas como a ajuda aos países subdesenvolvidos no projeto e construção de empresas, a concessão de créditos e empréstimos, a informação mútua sobre adiantamentos técnicos e científicos, a troca de experiências técnicas.

Embora tenha aumentado o volume do comércio da

União Soviética com os países capitalistas ele não se pode considerar suficiente dadas as enormes possibilidades potenciais que existem para o seu incremento. Tomemos, por exemplo, a Grã-Bretanha. Esse país ocupa o 2º lugar no comércio mundial e o comércio externo tem suma importância em sua economia. Todavia, a participação da União Soviética no comércio desse país não passava de 1,4%, em 1955. Isso apesar de terem naquele ano aumentado de cerca de 50%, em relação ao ano antecedente, as importações inglesas na União Soviética e das exportações inglesas (inclusive reexportações) para nosso país se houverem duplicado. O mesmo pode ser dito em relação à França. Embora haja duplicado o intercâmbio soviético-francês em 1955, relativamente a 1953 é pequeno seu peso em relação ao comércio exterior da França.

Quanto aos Estados Unidos o quadro é ainda menos promissor. No primeiro semestre deste ano, a exportação norte-americana para a União Soviética mal passou de 2 milhões e 500 mil dólares, enquanto que, na década de 30, chegava anualmente a 100 milhões.

Não cabe culpa à União Soviética se o comércio entre ela e os países capitalistas mais importantes tropeça com sérios obstáculos. O principal deles é a manutenção das barreiras comerciais discriminatórias que foram criadas pelo Ocidente em plena guerra fria. Atual-

mente, há no Ocidente quem pense em multiplicar ainda mais essas barreiras, alegando o agravamento da situação internacional. Segundo, pensamos, a conferência econômica mundial poderia, em uma discussão amistosa e prática, rechaçar estas tentativas e conseguir a eliminação das barreiras desnecessárias e a criação de condições favoráveis ao fomento do comércio internacional.

Os demais países socialistas, particularmente a República Popular da China, têm igualmente inmensas possibilidades para a ampliação dos veículos econômicos com os países capitalistas. Pois bem, neste caso as medidas discriminatórias raramente são igualmente a atmosfera da colaboração econômica. Nada pode justificar, por exemplo, que não se tenha abolido até agora a ilegal decisão do embargo ao comércio com a República Popular da China, aprovada em 1950. Esta circunstância impede o incremento de relações econômicas sadias entre as nações.

Não pode ser passado por alto o fato de até agora a ONU e seus organismos econômicos não terem concedido suficiente atenção ao comércio mundial. É verdade que na atividade das comissões econômicas regionais da ONU para a Europa, Ásia, Extremo Oriente e América Latina adquiriu-se certa experiência positiva. Todavia, muitas iniciativas úteis surgidas nestas comissões não foram desenvolvidas porque a ONU, em seu conjunto, pouco se preocupa com os problemas econômicos.

Organismo especial dentro da ONU

Está na ordem do dia, a necessidade de constituir, nos quadros da ONU, um organismo especial: a organização comercial mundial encarregada de resolver os inadiáveis problemas do intercâmbio econômico entre os países. Já em 1955, a delegação soviética propôs na Comissão Econômica da ONU para a Europa a fundação do referido organismo. É claro que este problema não diz respeito apenas, e exclusivamente, às comissões regionais. Precisamente à Assembleia Geral da ONU tem bastante autoridade para impulsionar esta idéia construtiva.

Adquire atualmente particular significado a colaboração econômica internacional para contribuir para a criação de economias nacionais independentes nos países subdesenvolvidos. Até agora, esta ajuda é prestada de maneira não coordenada, acidentalmente sujeita à concorrência entre os Estados. Em consequência disso, os países subdesenvolvidos não podem aproveitar suficientemente os benefícios e vantagens da divisão internacional do trabalho e a experiência dos países desenvolvidos. O fundo financeiro da ONU para a ajuda aos países subdesenvolvidos é muito limitado e não pode prestar aos países a assistência a que têm direito. A conferência econômica mundial de 1957 poderia também examinar este problema e encontrar uma solução adequada para ele.

Chegou a hora de organizar uma coordenação mais estreita no domínio dos créditos e das finanças internacionais. Os organismos existentes — Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional — não têm as necessárias possibilidades para cumprir esta tarefa. Seu principal defeito consiste em que neles não estão representados muitos países que desempenham grande papel no comércio mundial. Chegou o momento de examinar os problemas creditícios e financeiros em uma autêntica assembleia universal, que pode ser uma conferência econômica mundial com a participação de todos os países.

Dessa maneira, são coisas necessárias e úteis a criação de uma organização comercial mundial e a convocação de uma conferência econômica mundial.



Primeiras Reações à «Doutrina Eisenhower»

Agora que os soldados britânicos tiveram de abandonar o Egito, este país tomou a resolução de declarar nulos os acordos assinados com a Grã-Bretanha, em 1954. A notícia despertou em Londres as mais vivas reações procurando, desde logo, o Governo britânico recusar validade ao ato dos dirigentes egípcios.

O Tratado Anglo-egípcio de 1954 foi, como se sabe, o instrumento regulador da retirada das tropas inglesas do país após haver-se tornado impossível ao imperialismo manter uma ocupação que sofria contínuos ataques militares e se tornara fator de permanente desgaste político. Nos termos daquele ajuste a Inglaterra poderia enviar novamente tropas para ocupar a zona de Suez se esta visse ameaçada e desde que, é claro, concordasse com isso o governo do Cairo. Assinale-se, portanto, que o instrumento diplomático a que nos referimos baseava-se na amizade entre os dois países e na suposição de que, no futuro, continuariam uma política de aliados na região.

Entretanto, em 1956, a Grã-Bretanha anulou praticamente o acordo ao agredir o Egito juntamente com a França e Israel. Desde que as tropas desses três países atacaram o território egípcio cessaram as obrigações decorrentes do pacto. Mantidas, da parte do governo do Cairo, seria transformar o anterior acordo em algo unilateral, válido apenas no que interessasse aos governos londrinos e nulo no que não lhes agradasse. O de que se trata, portanto, é que o Egito tornou oficial uma situação que já existia de fato e que se originara da própria atitude dos imperialistas da City.

O reconhecimento desse estado de coisas não significa, porém, que a atitude do governo do Cairo seja de importância, ato meramente formal. Pelo contrário, fornece novos elementos para desarmar a trama de dominação colonialista que vem sendo tecido pelos países ocidentais e que têm nas recentes declarações de Dulles sobre a política no Oriente Próximo e Médio, um preâmbulo que tuco

indica, da aguardada proclamação da «doutrina Eisenhower» sobre esse pedaço do mundo.

As afirmações de Dulles e as linhas gerais, já conhecidas, do plano elaborado pelo Departamento de Estado constituem nova e arrojada intromissão nos assuntos internos dos países árabes, a título de promover o combate ao comunismo e a política soviética. Eisenhower, declarando essenciais as riquezas petrolíferas dos países árabes e as posições estratégicas que eles ocupam no mundo contemporâneo, iria, segundo se diz ao ponto de solicitar plenos poderes do Congresso estadunidense para empregar tropas naquela área, quando e sempre que assim entendesse necessário. Repetisse-se, então, a anomalia que se criou no Extremo Oriente em relação ao intervencionismo na ilha Formosa. Vê-se que os altos círculos financeiros norte-americanos e seus conselheiros militares consideraram bom o momento para investir contra o sul de independência dos países árabes, buscando, ao mesmo tempo, capitalizar politicamente a posição do Departamento de Estado durante as semanas mais críticas da crise de Suez. A velha rivalidade entre americanos, franceses e ingleses, (um dos principais motivos das divergências na crise de Suez) seria, assim, de certa forma, atenuada em benefício dos primeiros. Passando a liderar os países ocidentais também nessa zona, os Estados Unidos não desprezariam, porém, os instrumentos já existentes (inclusive os britânicos) para entre os quais o Pacto anglo-egípcio de 1954 que poderia ser invocado no futuro para ocupar o Egito, na zona do Canal. A formalização da denúncia egípcia que ora se realiza, responde, assim, antecipadamente às manobras em curso, do mesmo modo que o fazem as manifestações oficiais da Síria, antes mesmo de conhecido os termos da declaração Eisenhower. Dessa maneira, a nova «doutrina» parece ter um triste destino: não muito diverso do malogrado Pacto Bagdá a que pretende substituir.

BOLETIM DE DEBATE

Carta de Prestes e o Internacionalismo Proletário

CARLOS MARIGHELLA

O Projeto de Resolução do Comitê Central, a Resolução do Comitê Central aprovando a Carta do camarada Prestes e a Carta do camarada Prestes são documentos baseados em princípios marxistas-leninistas. Nessas condições, guiam e orientam os debates que se travam em nosso Partido. Estes documentos refletem coletivamente as posições da direção do Partido, pois foram aprovados coletivamente e sua publicação resultou de resolução do Comitê Central.

Iniciamos, assim, um novo curso no Partido. O Comitê Central julgou necessário falar e corajosamente falou dos erros cometidos, despertado e estimulado pela corajosa denúncia de culto à personalidade levada à prática pelo P.C.U.S. Como já haviam admitidos os camaradas soviéticos, o reconhecimento franco dos erros traria certa desorientação. O inimigo tentaria utilizar-se disso, desacreditar as idéias grandiosas do marxismo-leninismo, abalar a confiança na União Soviética e mesmo criar a perplexidade no movimento comunista e operário internacional. Mas nada nos pode dissuadir dos propósitos de corrigir os erros, democratizar a vida do Partido, lutar incansavelmente pelo seu fortalecimento e unidade e buscar novas formas para ampliar suas ligações com as massas.

Entrando pelo caminho dos debates, procurando desenvolver o processo autocrítico mais profundo de nossos erros, nós o fazemos por questões de princípios. Nenhum outro partido político no Brasil teria feito assim. Ao reconhecer os erros de que fala o Projeto de Resolução do Comitê Central e a que se refere a Carta do camarada Prestes, é preciso, porém, deixar claro que tais erros foram cometidos na busca honesta dos caminhos e meios para a conquista da libertação nacional e social do nosso povo e na luta intransigente pelas reivindicações das massas. O Partido Comunista sempre foi perseguido pela reação e na dura luta para cumprir suas finalidades jamais arriou a bandeira, como pode atestá-lo todo o negro período do Estado Novo. Era inevitável que se cometessem os erros de que agora procuramos fazer autocrítica. O fundamental, entretanto, é que, ao serem cometidos, não nos afastaram da linha geral da construção do Partido. Apesar dos esforços desesperados dos imperialistas e seus agentes internos, nosso Partido jamais desapareceu, combateu victoriosamente todas as tentativas de minar a unidade monolítica de suas fileiras, resistiu às mais brutais violências e ilegalidades da reação e continua a existir e dirigir a classe operária, tomando a frente das lutas das massas. Não podemos ser negativistas. Erros há, mas são em número menor que os acertos. O que importa é corrigir os erros, aprender com eles e avançar.

Não só precisamos fazer autocrítica do mandonismo, das omissões do Comitê Central e seu Presidium, ou da subestimação do 20º Congresso do P.C.U.S. Nossa maior autocrítica deve ser por não termos ainda tornado vitoriosa a luta para levar ao poder o proletariado e as demais classes revolucionárias, cuja frente única se torna imprescindível constituir agora, a fim de assegurar no futuro a transição ao socialismo. Não podemos, entre-

tanto, nos arrependermos. A autocrítica não é arrependimento. Ela é justamente o instrumento poderoso que, ao lado da crítica necessária e indispensável, ajudará a todos nós no fortalecimento e melhoramento de nosso Partido e sua direção, abrindo o caminho para a vitória que não há de tardar. Não se coaduna com tais objetivos o aspecto de tribunal de justiça que por vezes assume o debate. Devemos preocupar-nos em dar-lhe um caráter político. Para isso é necessário continuar chamando a atenção para o Projeto de Resolução, quando fala de que "a democratização da vida do Partido é a maneira pela qual florescerá em nossas fileiras a atividade criadora e será estimulado o senso crítico dos comunistas, fazendo despertar novas iniciativas e dando novo impulso a todas as organizações e organismos dirigentes."

E' nesse sentido que a Carta do camarada Prestes traz um reforço valioso ao debate. Ao reafirmar o meu apoio e inteira concordância com a Carta do camarada Prestes e a Resolução do Comitê Central que a aprovou, desejo ressaltar o fato de que a Carta do camarada Prestes saúda com entusiasmo a discussão como um passo positivo no desenvolvimento de nosso Partido. A própria Carta não é mais do que um passo inicial no sentido do reforçamento do Partido e de sua unidade, através do debate. O que se exige deste é que contribua para educar-nos na integração da verdade universal do marxismo-leninismo com a prática da revolução brasileira e que possa levar ao aumento da atividade cotidiana dos comunistas na execução das tarefas inadiáveis, reclamadas pelo amplo trabalho com as massas.

Estou convicto, como afirma o Projeto de Resolução do Comitê Central, de que "a democratização da vida do Partido elevará a um nível superior a atividade em nossas fileiras". Julgo, assim, indispensável reunirmos esforços em busca das medidas que visem a atingir tal objetivo. E' através do método da persuasão e do convencimento que poderemos educar mais e melhor nosso Partido e as massas, guiando-nos pelos princípios do marxismo-leninismo. Ao debater os problemas, não são as questões pessoais que interessam. Não devemos confundir o inimigo com o amigo, o desonesto com o honesto, o oportunista com o revolucionário. O clima de fraternidade comunista exigido pela democratização para o fortalecimento do Partido deverá ser inseparável da luta de princípios e excluir represálias, medidas organizativas e ataques personalistas. Constitui um desserviço à nossa causa a prática de boatos sobre a suposta aplicação de medidas punitivas, como decorrência da participação nos debates. As calúnias e mentiras não devem ser admitidas. E' o domínio absoluto dos princípios que nos guiará para resguardar o Partido da ação do inimigo.

★ ★ ★

Muitos são os problemas e questões suscitados pelo debate que se desenvolve em todo o Partido. Mas quero referir-me, em particular, ao internacionalismo proletário, problema focalizado com segurança e firmeza na Carta do camarada Prestes.

Trata-se de uma questão de princípios, à qual nosso Partido sempre deu a merecida atenção. Esta questão continua e continuará em foco enquanto houver proletariado.

Há quem afirme que a solidariedade e a fidelidade sem limites à União Soviética constituam uma fórmula "enganadora e petrificante". Outros rejeitam a tese de "nação dirigente" entre os países socialistas e julgam necessário restabelecer o internacionalismo proletário.

Ora, só se pode restabelecer aquilo que se deixou de pôr em vigor anteriormente ou que se aplicava de forma inexata. Nessas condições, teríamos de admitir uma posição internacionalista errada do P.C.B. Nada mais falso, porém. O internacionalismo proletário dos comunistas brasileiros no passado foi justo. Lênin já se havia referido ao fato de que o Partido proletário, cumprindo seu dever, necessita opor ao internacionalismo de palavras o internacionalismo efetivo. "O essencial — diz Lênin — não é que "proclamem" o internacionalismo, senão que saibam ser, mesmo nos momentos mais difíceis, internacionalistas de fato" (Obras escolhidas em dois tomos, edição em espanhol, Moscou, 1948, tomo II, pág. 43.) Foi o que fez Prestes, declarando, em 1946, na Constituinte, que nosso povo jamais fará guerra à União Soviética.

Os comunistas brasileiros partem, em sua atividade, das particularidades nacionais e das condições do seu país, exprimindo inteiramente os interesses da nação brasileira e de seu povo. Ao mesmo tempo, conscientes de que a luta em favor dos interesses da classe operária, pela paz

e pela independência do Brasil é parte da luta do proletariado internacional, estão ao lado da União Soviética e de todos os países do campo do socialismo. Isto foi no passado, quando só existia um país socialista — a União Soviética —, e no presente e não nos arrependemos de que seja assim no futuro. Por isso, em sua Carta, o camarada Prestes cita o Projeto de Resolução do Comitê Central, no trecho em que diz: "reafirmamos com orgulho nossa tradição de fidelidade ao internacionalismo proletário, de apoio firme e ativo à União Soviética e demais países do campo socialista".

Nosso apoio deve ser dado naturalmente em primeiro lugar à União Soviética. Os povos sabem que se faltasse a União Soviética, o campo do socialismo sofreria profundo abalo. A União Soviética é o baluarte do socialismo. Ocupa o segundo lugar no mundo como nação industrial, depois dos Estados Unidos. Tem indústria pesada, altamente desenvolvida, bem como resolveu o problema da obtenção da energia atômica. A URSS ajuda a industrialização dos países do campo socialista. A China é outra grande potência que merece igualmente nosso apoio e solidariedade, mas não é ainda uma nação industrial. Necessita para isso da ajuda da União Soviética, que, aliás, lhe vem prestando auxílio na construção por renovação de 156 empresas industriais básicas. A China e os demais países do campo socialista agrupam-se em torno da poderosa União Soviética.

Os imperialistas, tendo à frente os Estados Unidos, temem antes de mais nada a União Soviética, que eles continuam dese-

jando destruir, na vã tentativa de liquidar o socialismo e fazer marchar para trás a roda da história. Nós, comunistas, que queremos o socialismo, tomamos uma posição de classe, damos nossa solidariedade e apoio ao campo socialista e em primeiro lugar à União Soviética.

Segundo Lênin, "a teoria marxista exige de um modo absoluto que, para analisar qualquer problema social, seja este enquadrado dentro de um marco histórico determinado". (Mesma obra, tomo I, pág. 851). Não se pode examinar o internacionalismo proletário fora desse quadro. Quando se tratava da construção do socialismo em um só país ou quando o socialismo ainda não era um sistema mundial, nossa posição em face da URSS não podia ser diferente da que adotamos. Nem se pode negar o internacionalismo proletário só porque Stálin cometeu erros. O fato de não criticarmos a União Soviética nem o P.C.U.S., tudo aceitando e copiando sem maior exame, não constituía um erro do internacionalismo proletário, que nunca exigiu a cópia de coisa alguma. Quanto ao mais, nosso Partido sempre se colocou intransigentemente ao lado da União Soviética contra os agressores imperialistas e a reação mundial, e, nesse particular, sempre esteve em posição acertada.

Há quem pense que o problema de criticar a União Soviética ou outro país do campo socialista e o P.C.U.S. ou qualquer partido comunista é uma questão nova, levantada em consequência do combate ao culto à personalidade. Isto é um equívoco. Veia-se como Lênin, em 1920, criticou abertamente os comunistas dos outros países em seu livro "Esquerdismo, doença infantil do comunismo". Na Internacional Comunista a crítica entre os partidos era um fato comum. Em 1945, presenciamos o camarada Duros criticar abertamente o Partido Comunista norte-americano. Nós no Brasil não usávamos desse direito de

crítica, devido à nossa insucesso teórica. Já Lênin em 1902, em sua obra "Que Fazer", enunciava o seguinte: "O movimento social-democrático (leia-se comunista), por sua própria natureza, é internacional. Daqui se infere que não só devemos combater o jacobinismo nacional como também que o movimento que acaba de nascer num país jovem só se pode desenvolver com êxito mediante a condição de pôr em prática a experiência de outros países. Para isto não basta simplesmente conhecer esta experiência ou copiar apenas as últimas resoluções adotadas, pois também é necessário saber assumir uma atitude crítica em face dessa experiência e comprová-la por si mesmo". (Mesma obra, tomo I, pág. 201).

Não se pode, porém, confundir crítica com hostilidade e desconfiança, como transparece de certas referências e alusões — que a União Soviética é apresentada erradamente e às vezes até de maneira maliciosa como "nação opressora", o proletariado russo com certo direito de "primogenitura", etc. Igualemente os erros em relação à Iugoslávia e aos comunistas iugoslavos não justificam negar o internacionalismo proletário ou adotar uma posição de reservas face à URSS e ao P.C.U.S. Os comunistas soviéticos foram exatamente os primeiros a reconhecer este erro e corrigi-lo. Temos aí a comprovação, na prática, da vitalidade do marxismo-leninismo, o que reforça nossa confiança na classe operária e no Partido Soviético, que soube dirigir com êxito a construção do primeiro Estado socialista no mundo e dirigir victoriosamente a marcha para a sociedade comunista.

Muitos são os aspectos trazidos ao debate na questão do internacionalismo proletário. Entretanto, porém, a Carta do camarada Prestes o mérito de ter suscitado a apreciação desta questão sob o aspecto crítico, mas à base do espírito de classe e da confiança inabalável na União Soviética.

Considerações Sobre a UJC

Fernando Lara

a causa do atraso da UJC, pois temos trabalhado muito empregado inócuos métodos de atividade.

Isto é verdade. Mas não é menos verdade que temos trabalhado mal. Todos os métodos de trabalho por nós empregados, até agora com raras exceções, tem sido péssimos métodos de trabalho.

Apesar de todos esses erros que temos cometido que tem sido mesmo uma constante no nosso trabalho, temos alcançado algumas vitórias no terreno da unidade em torno de importantes reivindicações populares estudantis e mesmo em torno de algumas questões políticas de relevante importância.

A UJC não tem ajudado o Partido como era de esperar-se. Tem sido, ao contrário, uma preocupação a mais para o mesmo. Mas a culpa disso não cabe somente à UJC, mas ao próprio Partido, através de seus métodos rígidos de controle e colocação mecânica de tarefas incompatíveis com os problemas reais e de interesse da juventude.

mas gerais e são por eles orientados.

E os partidos da reação não pensam em dissolvê-las.

Ao contrário, tudo fazem para incentivá-las.

Por que nós iríamos dissolver a nossa organização juvenil se a própria reação não abdica das suas?

A experiência mostra que muitos jovens podem prestar bons serviços à causa do socialismo e da democracia entre nós, mas que não têm condições de fazer parte do Partido, dadas as responsabilidades do mesmo.

A UJC deve ser, pois, uma organização política juvenil à qual pertençam todos os jovens comunistas, simpatizantes, amigos do Partido Comunista e mesmo democratas sem partido que, por qualquer forma, aceitem a liderança dos comunistas na luta pela conquista do socialismo entre nós.

Deverá ter um programa amplo, profundamente patriótico e baseado nas aspirações fundamentais de todos os jovens brasileiros.

O Partido deve orientá-la politicamente, mas não pode

(concluí na 4ª pag.)

CRESCENTE E SISTEMÁTICA A PRESSÃO NORTE-AMERICANA SÓBRE O GOVERNO JK

ANTES MESMO DA POSSE DO SR. KUBITSCHER OS AMERICANOS JÁ FORMULAVAM EXIGÊNCIAS — TEM HAVIDO RESISTÊNCIAS NO SEIO DO PRÓPRIO GOVERNO

Quando foi proclamado presidente eleito, o sr. Juscelino Kubitschek empreendeu uma viagem aos E.E.U.U. e a alguns países da Europa ocidental. De regresso, confidenciou a um amigo íntimo, de Minas Gerais:

— Agora é que eu estou sabendo o que é pressão imperialista.

Referia-se, particularmente, às conversações que manteve com os governantes e círculos financeiros dos Estados Unidos.

Primeiras exigências ianques

Esta pressão se iniciou antes mesmo da posse do atual presidente da República. Ela tinha em vista, como se pode ver do próprio noticiário da imprensa quando da visita do sr. Kubitschek aos E.E.U.U., os seguintes objetivos imediatos:

1 — uma política de representação ao movimento operário e nacionalista, encoberta sob a máscara de "defesa do hemisfério contra o comunismo".

2 — revisão da Lei que criou a Petrobrás, de modo a possibilitar a participação dos trustes na exploração e industrialização de nosso petróleo;

3 — acordos com os E.E.U.U. sobre política atômica, de modo a garantir a entrega de nossos minérios radioativos às empresas ianques e a supervisão, pelo governo norte-americano, de nossa política atômica.

Várias exigências foram formuladas pelos governantes e financistas ianques, sob a forma de "troca de opiniões", quando das conversações do sr. Kubitschek nos E.E.U.U. Mas essas três questões constituiram o nervo das primeiras reclamações norte-americanas ao novo governo. O jornalista Murilo Marroquim, que acompanhou a comitiva do sr. Juscelino Kubitschek, deixou bem claro esses pontos de vista, numa série de artigos que publicou no "O Jornal".

A «missão Nixon»

Para concretizar os compromissos que exigia do governo brasileiro, o governo norte-americano enviou à posse dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart o vice-presidente Nixon, à testa de uma comissão de "técnicos" e peritos norte-americanos.

Aqui, Nixon não se esforçou muito em esconder seus reais objetivos. Pediu (e obteve) uma reunião, a portas fechadas, com o Presidente da República e quase todo o ministério, na qual, a pretexto de discutir problemas de ajuda econômica ao Brasil, colocou uma série de problemas políticos, entre os quais "o combate ao comunismo". A seguir, em entrevista coletiva na ABI e, depois, num discurso na sede da CNTI, advogou a necessidade do combate, "pela violência", ao comunismo.

Ao mesmo tempo, a grande imprensa norte-americana — à frente o "New York Times" — reclamava do novo governo o rompimento de seus compromissos eleitorais com as forças democráticas e nacionalistas. Isto é, o abandono de posições nacionalistas diante dos problemas do petróleo e dos minérios atômicos e do compromisso de respeito às franquias constituídas.

Resistência popular e dentro do governo

Não resta dúvida que houve dentro do atual governo resistências decididas a essas pressões estrangeiras, resistências que, em muitos casos, foram vitoriosas, principalmente quando contaram com um movimento organizado de opinião pública. Assim é que foi arquivada a proposta dos trustes petrolíferos de um "largo financiamento" ao governo brasileiro sob condição de se permitir ao capital estrangeiro participar da exploração do petróleo em nosso país, ao lado da Petrobrás. Também não se levou avante a proposta do grupo Rockefeller (anunciada pela Hanson's American Letter) de concessões para a exploração de minérios de ferro, proposta que deveria servir de sondagem da opinião pública para um acordo ulterior sobre petróleo.

Mais séria foi a derrota dos imperialistas norte-americanos no terreno da política atômica: em lugar dos novos acordos e ajustes que desejavam os norte-americanos, o governo resolveu denunciar os acordos ainda vigentes e traçar-se uma política de caráter nacionalista e patriótico.

Todas as resistências às pressões norte-americanas, encontraram paladinos dentro do próprio governo e, sempre que foram combinadas com a participação mais decidida de amplos setores da opinião pública, lutando unitária e organizadamente, terminaram vitoriosas. Pelo contrário, sempre que se fez sentir a inexistência de uma mobilização popular, acentuaram-se as vacilações do governo do sr. Kubitschek, as tendências à conciliação e, mesmo, à capitulação.

Lição a ser aproveitada

Estes fatos devem servir de exemplo às forças patrióticas, principalmente agora quando, esgrimindo com as complicadas ultimas tentativas surgidas na política internacional, os setores mais agressivos dos E.E.U.U. redobram sua pressão sobre o governo Kubitschek para obterem concessões altamente lesivas à soberania e aos interesses nacionais (é o caso, no presente, da exigência de cessão de Fernando Noronha para instalação de uma base de teledirigidos).

O atual governo vacilará, inevitavelmente, diante das exigências dos grupos monopolistas norte-americanos, sempre e quando esta pressão estrangeira não seja contrabalançada por movimentos de opinião cada vez mais poderosos e organizados. Isto é decorrência do próprio caráter do governo, onde se alinham forças das mais diversas tendências. As forças nacionalistas e democráticas que o integram só poderão imprimir sua orientação com o apoio efetivo, concreto — de grandes massas populares. As forças democráticas e patrióticas, particularmente aquelas mais conscientes e avançadas, têm, por isso, uma responsabilidade definida na orientação que possa tomar o governo do sr. Kubitschek em face de magnos problemas da independência nacional.

RESOLUÇÃO DO PLENO AMPLIADO DO COMITÊ REGIONAL NORTE PAULISTA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

«O Comitê Regional Norte Paulista do PCB, reunido em Pleno Ampliado, depois de discutir ampla e democraticamente o «Projeto de Resolução do CC do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS, o culto a personalidade e suas consequências, a atividade e as tarefas do PCB», a «Carta de Luiz Carlos Prestes ao CC do PCB sobre o debate político», recentemente aprovada pelo CC, os problemas econômicos, políticos e orgânicos e a atividade do Partido na região, concluiu o seguinte:

Sobre o projeto de Resolução

1) Que o atraso do CC do PCB em abrir a discussão em torno dos problemas levantados pelo XX Congresso do PCUS, levou a que os debates iniciados pelas colunas da imprensa popular, antes de seu pronunciamento (do CC do PCB), fossem mal conduzidos, possibilitando a um pequeno grupo de militantes desferir ataques ao Partido e a URSS, ferindo os princípios de unidade do Partido, do Internacionalismo proletário e levando a confusão às suas fileiras. O CR considera que este fato constituiu falta de vigilância revolucionária por parte do CC, ao mesmo tempo que exige deste medidas para levar a prática as indicações contidas na recente carta de Luiz Carlos Prestes, aprovada pelo CC do PCB.

2) No que diz respeito ao culto a personalidade de Stalin e suas consequências, motivo de tantas discussões, o CR considera que a denúncia dos erros e violações cometidos na URSS é justa e necessária ao mesmo tempo que manifesta estranheza pelo fato de que tais denúncias tenham chegado ao conhecimento do Partido através da imprensa burguesa, segundo versão do Departamento de Estado do Governo dos Estados Unidos, não dando dessa forma, oportunidade ao PCB de preparar os seus militantes e o povo para receberem tão chocante relatos. É tam-

bem de opinião que não se pode atribuir somente a Stalin, tantos e brutais atentados à legalidade socialista, e que nos pronunciamentos do CC do PCUS sobre o assunto, não está contida a necessária auto-crítica.

3) Que o Projeto de Resolução falha em não analisar do ponto de vista crítico e auto-crítico a atividade política do Partido desde 1945, o que dificulta o aprofundamento das discussões que ora no Partido se realizam a busca de melhores perspectivas para o trabalho prático.

4) Que o referido documento, não analisa com profundidade as transformações econômicas e sociais que estão se operando no país. O CR considera necessário a realização de um acurado estudo sobre o desenvolvimento industrial do Brasil, especialmente da indústria básica e da penetração capitalista na agricultura.

Questões políticas

1) O CR critica o CC do PCB, por tardar muito em orientar o Partido e o povo sobre os acontecimentos da Hungria, permitindo que certos militantes, e mesmo jornais da imprensa popular, deturpassem os acontecimentos e atacassem a URSS por ter garantido, no interesse do novo húngaro o poder democrático popular. Tal crítica estende-se também ao fato do CC ter se pronunciado com atraso sobre o envio de tropas brasileiras para integrar a «Polícia Internacional» sob o comando da ONU, no Egito, fato que constitui grave precedente no sentido de envolver o Brasil em guerras de conquista, com graves prejuízos para o nosso povo.

2) O CR considera que o PCB deve adotar uma posição mais clara face ao governo do sr. Juscelino Kubitschek, não só aprovando seus atos democráticos e patrióticos como também criticando severamente os atos anti-democráticos. Tal deveria ser a posição do Partido diante do discurso pronunciado pelo

Presidente, no dia 27 de Novembro, no qual ele procura conciliar com os golpistas. Para isso ataca os comunistas que até o momento tem empenhado grandes esforços para garantir a legalidade democrática no país. O PCB deve exigir do Presidente da República que dê provas de que é democrata e que respeite as liberdades constitucionais, reabrindo as organizações patrióticas recentemente fechadas e eliminando com as discriminações políticas e ideológicas, tão necessárias a unificação de todas as forças políticas interessadas na realização de uma política interna e externa de defesa dos interesses do povo brasileiro.

Atividade do Partido na região

1) O CR depois de analisar a atuação política do Partido na região, constatou que este não tem sabido aproveitar todas as possibilidades para o estabelecimento de um amplo trabalho de frente única com todas as classes e camadas sociais, interessadas no progresso econômico, político e social do país. Tendo em vista as novas condições e as particularidades econômicas e sociais da região, o CR reclama o Partido a estudar melhor as condições locais, objetivando o estabelecimento de frente única com fazendeiros grandes e pequenos, com comerciantes, industriais, camponeses ricos e pobres, para a conquista de suas reivindicações.

2) O CR considera que a luta pelas reivindicações das massas trabalhadoras do campo, deve constituir o centro da atividade política do Partido.

3) O CR conclui que a luta dos pecuaristas da região em defesa da pecuária nacional e contra os privilégios dos frigoríficos estrangeiros é nobre e patriótica, da mesma forma que a luta dos fazendeiros por melhores preços para o café e por novos mercados, também é justa e o Partido deve apoiar e participar.

4) O CR constata que são os peggimos métodos de trabalho que o Partido emprega junto as massa de trabalhadores rurais, de mulheres e de jovens, que tem impedido maior atividade do Partido na região.

Democratização da vida interna do Partido na região

1) O CR, depois de examinar do ponto de vista crítico e auto-crítico os erros, falhas e atentados à democracia interna do Partido, constata que as atribuições mais importantes do CR, vinham sendo absorvidas pelo secretariado, e que esta mesma prática vem sendo aplicada nos escalões inferiores do Partido.

2) O CR considera que o secretariado cometeu grave erro em não permitir a criação de um ambiente dentro do Partido propício a crítica e auto-crítica, especialmente provindas das OOBB, e a atividade criadora dos organismos intermediários e das OOBB.

3) O CR acha ainda necessário denunciar como um falso método de direção o uso incontrolável do processo de cooptação de quadros, transações e substituições de direções.

4) O CR considera que a democratização da vida interna do Partido e a aplicação do princípio de direção coletiva implica no estabelecimento de medidas práticas e de modificações na estrutura orgânica do Partido na região.

5) Entre outras apresenta as seguintes medidas:

a) Tendo em vista as condições e particularidades do Partido na região, o CR propõe ao CC, reduzir o número de membros e secretários do CR, afim de que, este se torne mais móvel e não burocrático, que reunindo-se integralmente quando necessário possa exercer sua verdadeira função.

b) Abolição dos encerramentos nos Plenos do CR, e em vez destes, a elaboração de resoluções coletivas, por todo o CR.

c) Melhorar o trabalho dos assistentes do CR, visando impedir que estes substituam as direções locais e tutelam a vida e a atividade destas.

d) Estimular a crítica e auto-crítica, especialmente as provindas das OOBB.

e) Aplicar o método de cooptação de quadros para as direções do Partido somente em casos estritamente necessários e com a aprovação do CR.

f) Introdução em todas as reuniões do Partido na região, do método de livres e democráticos debates.

Tarefas políticas

O Plano Ampliado do CR, decide que todo o Partido na região deve concentrar suas atividades nas seguintes tarefas políticas do momento:

1) Luta contra a rearticulação golpista no país que se processa abertamente.

2) Elevar a novo nível a luta contra a lei de imprensa procurando novas formas de acordo com as imensas possibilidades que temos para o trabalho de frente única, neste mesmo sentido protestar e lutar contra a chamada «Lei de Infidelidade à Pátria», em curso no Congresso Nacional desde 1953.

3) Realizar profundo esclarecimento dos acontecimentos da Hungria e do Egito, fazendo intensa divulgação das resoluções do CC e do Presidium sobre estes assuntos, e outros documentos, assim como lutar contra o envio de tropas para o Egito.

4) Lutar pela inclusão dos direitos assegurados aos trabalhadores rurais na CLT, no projeto que ora se discute no parlamento sobre a extensão da legislação social ao campo.

5) Fazer intenso esclarecimento sobre o chamado «Confisco Cambial», através de estudos, e outros meios.

6) Prorrogar a campanha de finanças até 31 de dezembro.

Questões para estudo

SÓBRE A U.J.C. — O CR considerando que a luta e a organização da jovem geração é fator imprescindível para a conquista de transformações que atendam as aspirações de nosso povo e o progresso do Brasil, acha que necessário se torna um amplo debate sobre a U.J.C, suas debilidades, sobre o papel que desempenhou até hoje na luta do povo brasileiro, se é justa a maneira de como ela é organizada, seus métodos de direção, a maneira de como o Partido dirige a U.J.C, se como organização de massas de caráter amplo é justo ter esse nome.

Consideramos grave falha, o fato de o «Projeto de Resolução» não tocar no assunto, fato que prejudica em muito as discussões sobre tal problema.

Resolução

O CR, conclama todos os organismos do Partido a debaterem livremente o Projeto de Resolução do CC, a Carta de Prestes sobre o debate político e a presente resolução. Estado de São Paulo, Dezembro de 1956.

Considerações Sobre a UJC

(conclusão da 3ª pag.)
exigir dela uma obediência irrestrita às suas normas de trabalho. Por isso, U.J.C. deverá ter o seu próprio programa e estatutos.

Suas finalidades principais deverão ser, a nosso ver, os seguintes: educar os jovens no espírito da camaradagem, do patriotismo, da solidariedade e do humanismo; organizar os jovens para a conquista de suas reivindicações fundamentais; dirigir as forças patrióticas juvenis na luta em defesa da soberania nacional; educar os jovens no trabalho junto às organizações de massa; educar os jovens para ingressarem no P.C.B.

Todos nós reconhecemos que é indispensável a participação ativa da juventude para conquistarmos a emancipação econômica e política de nossa pátria. Temos, pois, que estudar todas as formas possíveis de organizar e dirigir as massas juvenis.

Se a composição atual da U.J.C. não corresponde à realidade brasileira, recria-

nize-mo-la sob novas formas. Dissolvê-la seria apenas o caminho mais fácil, mas não a solução do caso.

Julgamos oportuna a convocação da Comissão Nacional da U.J.C. para uma conferência nacional.

Achamos que o assunto comporta um congresso nacional. A não ser que se atribua poderes constituintes à conferência. Isto porque, para marcharmos para frente, é necessário discutir e aprovar um programa e um estatuto para a U.J.C. e se proceder a uma completa revisão de toda a sua organização e composição.

De qualquer forma, só um conclave de caráter nacional terá autoridade de decidir da sorte da U.J.C.

Confiamos que essa decisão seja no sentido de reorganizá-la em bases amplas e democráticas, compatíveis com as verdadeiras aspirações da juventude brasileira.

Confiamos que a U.J.C. sairá mais forte e unida da conferência nacional e não dissolvida.

Em 19-12-56.

As resoluções dos Comitês Rio, Piratininga e Ceará, expressando embora tendências ou posições diversas face no debate que ora se processa, ajudam-nos paralelamente a compreender que, sob o véu de um silêncio a quem traduzir-se em atitude de simples segurança partidária, certamente indispensável em condições determinadas, na realidade, se escondem problemas sérios e complexas questões, de cujo conhecimento o Partido não poderá mais fugir, sob qualquer pretexto.

Na verdade, o que ocorre em alguns Estados e regiões, além do zumbir inquietante da mosca azul dos falsos argumentos do silêncio, pela unidade e segurança do Partido? Haverá mesmo alguma direção na luta, conhecimento teórico e dinamismo prático indiscutíveis? Por que, na realidade, se fere o presente debate, se não se desce aos problemas particulares desse município ou daquela região, no seu conjunto e sob os aspectos diversos que o integram, mas, ao contrário, fica-se na simples agitação em torno de alguns casos pessoais, mesmo em função da luta e da democratização das direções?

São essas as indagações que nos assaltam em relação aos Estados e Regiões que permanecem em posição de esfinge ou múmia no presente debate. Porque, sem dúvida, é bastante sintomático esse búbico silêncio, em que apenas poucos regionais expressaram o seu ponto de vista sobre as questões até agora surgidas e, assim mesmo, somente dois, o do Ceará e o de Piratininga, puderam fazê-lo com sadio espírito crítico e autocrítico. Por que?...

Creemos que, aqui, exatamente, é onde começa o nó górdio do problema, a seria questão representada pela imperativa necessidade política do imediato exame dos problemas dos Estados ou Regiões correspondentes, fugindo assim ao simplismo da democratização interna apenas pela realização de eleições ou discussões gerais, de superfície, sobre o Projeto de Resoluções ou documentos do PCUS (e assim mesmo poucos o fazem), encaminhados mecanicamente e desligados como estão os debates, do meio político, social, econômico e cultural em que se processam.

Por que, então, esse divorciamento da realidade? Não é porque, sem qualquer sombra de dúvida, as direções e os organismos tateiam nas trevas da completa ou quase completa ignorância das questões locais, tais os métodos antes vigorantes e que desesperadamente lutam por sobreviver?

Afirmamos que sim, e vamos prová-lo, tomando, como exemplo, um Estado como o Estado do Rio — o quinto em grandeza econômica em todo país — e do qual conhecemos alguns aspectos, de erros e acertos, dentro do complexo de sua esquecida realidade social, econômica e cultural e das forças e correntes que nele vêm atuando, ficando separada essa mesma realidade, de milhares de milhas de distância, das diretrizes postas em prática pelo Partido.

NENHUMA PESQUISA OU ESTUDO

Inicialmente, constatamos, que se verifica no Estado do Rio um completo desconhecimento dos problemas da realidade objetiva, da economia e das forças que se situam na infra-estrutura fluminense, para não falar na cultura e das correntes ou grupos intelectuais e religiosos em geral.

E tal descaso, naturalmente, tem suas raízes profundas nos nossos próprios métodos de trabalho, resultantes do empirismo e do dogmatismo que facilitavam a comodidade da cópia servil ou da aplicação mecânica do que vinha do C. C. ou estava inscrito no programa. Daí, de um sistema de erros resultante do desligamento da realidade e da aplicação dos dogmas, partiam as linhas retas do mandonismo, do carreirismo ou da abnegação e dedicação cegas, na prática revolucionária, levando à liquidação completa da direção coletiva e dos mais caros princípios leninistas.

Quando, por exemplo, em contradição com o programa do Partido — mas ainda assim mecanicamente e por métodos impositivos que levavam ao estrangulamento inevitável do trabalho de massas os métodos

PROBLEMAS DO ESTADO DO RIO NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO

Questões teóricas e práticas que não poderão mais continuar arquivadas
N. A. SANTOS

do sistema geral adotado em todo país) — realizavam-se esforços desesperados em setores de frente única, na maioria das organizações do Partido predominava o alinhamento completo das questões mais importantes e primárias de movimento tão importante quanto o da frente patriótica. Na realidade, o fenômeno era claramente compreensível: os processos de arbitrarismo em voga, levavam à super-saturação de tarefas, à ausência de métodos e de diretrizes elaborados autonomamente, de acordo com as indicações mais justas de tática e de estratégia, com base num estudo superficial da correlação de forças políticas e da economia estadual.

Em consequência dos vícios do sistema, transportados mecanicamente ao centro para o Estado, lamentavelmente, o burocratismo e outros fatores negativos ainda imperantes até em torno de questões específicas — que exigiam e exigem aplicação de acordo com o meio local, em suas numerosas diversificações nas várias regiões econômicas, ou mesmo nas questões mais complexas, de conjunto, como nos casos da eletrificação estadual, dos problemas agrário e industrial, para citar apenas três aspectos — levaram a estagnação ou à agitação pura e simples, desligados os esforços isolados do conjunto nas lutas.

Tremendos erros tinham de ser cometidos, portanto, em consequência do sistema imperante em escala nacional, mas, o que tumultuava e escarmentava mesmo as lutas do Partido no Estado do Rio, era, sem dúvida, a aplicação dos dogmas sem se procurar enxergar, pelo menos, com as tintas locais, as diretrizes vindas de cima.

E, nisso, residia e reside precisamente uma falsa compreensão da conjuntura político-econômica-cultural do importante Estado sulino, refletindo-se esta, negativisticamente, sobre todas as iniciativas indispensáveis ao fortalecimento e crescimento da organização partidária e que foram e são ainda levadas ao estudo das direções.

Sob esse aspecto se situam algumas iniciativas imperativas, ditadas da situação política e importância econômica do Estado do Rio — devemos repeti-lo para que não seja facilmente esquecido sem a nossa disciplinada oposição — e que foram e continuam sendo inconscientemente arquivadas.

O Estado, desse modo, tem apresentado uma diretriz invariável, que é a do segurismo mecânico ao C. C. — a política, portanto, de âmbito nacional do Partido sem se procurar descer às causas do desenvolvimento econômico, político e social fluminense. Avanços, portanto, fora da realidade estadual em todos os planos, como se os problemas regionais não existissem e o marxismo-leninismo fosse uma panacéia ou uma ciência apenas acessível ao âmbito da política nacional do Partido.

Assim, a fim de não descer a mais detalhes e erros, embora importantíssimos para uma justa tomada de contato com a realidade regional — já que só o estudo objetivo poderá revelá-lo plenamente, em toda sua extensão e profundidade, como ponto básico para a fixação de diretrizes políticas — julgamos, inicialmente, que cabe ao C. R. ou aos organismos dirigentes contidos no Estado, levar em conta imediatamente, sob pena de virem a se aprofundar e surgir erros mais graves que os da omissão e da cegueira ideológica que até agora existiram:

Prosseguir no debate paralelamente à educação marxista-leninista e mediante o estudo aprofundado da economia e da correlação de forças políticas no Estado, abordando, fundamentalmente:

A) QUESTÃO ECONÔMICA: 1) Desenvolvimento industrial do Estado, fixar-se comparativamente os mais importantes ramos industriais e, particularmente, aqueles que se ligam às possibilidades reais de levantamento de uma frente única democrático-patriótica, como são os casos de Volta Redonda, da grande usina de álcalis, de Cabo Frio (esta última seriamente ameaçada desde sua criação legal pelo trust norte-americano Dupont de Nemours e até agora sem indicação concreta de que já pode começar a funcionar); das empresas ligadas a grupos imperialistas, como são os casos de algumas indústrias de vidro, cimento e a concessionária de eletricidade, além dos minérios atômicos, ameaçados, por igual, tendo em vista que as diretrizes do Conselho de Segurança Nacional dependem de aplicação envolvendo recursos

a serem ainda criados e formação de pessoal técnico, cujos problemas correspondentes — pelos sentimentos comuns que unem naturalmente homens de várias tendências políticas ou filosóficas — poderão servir de premissas à luta de frente única anti-entreguista e anti-golpista. 2) Problemas do Vale do Paraíba e eletrificação do Estado. Que pensamento tem a direção do C. R. sobre esse importantíssimo problema, envolvendo, a um só tempo, a economia dos Estados de Minas, Espírito Santo, São Paulo e o nosso? Julgamos que o desconhecimento completo dessa questão econômica, como, de resto das demais, vem reduzindo o nível de luta no Estado a esforços mecânicos e sem objetivos definidos. Portanto, precisa o problema da eletrificação ser encarado em bases estaduais, dentro das diretrizes patrióticas da Eletricidade e atendendo ao crescente desenvolvimento industrial. E, uma outra questão que deve naturalmente ser examinada sob esse aspecto, é a do crescente sentimento de revolta em amplos setores de produção e indústrias, além do grosso populacional, contra os reajustamentos constantes de luz, impostas pelo trust na Baixada Fluminense. Nesse sentido, nenhuma luta foi até agora encaminhada, pelo simples motivo de que, teoricamente não se tem uma idéia mesmo vaga da importância da produção de energia elétrica para o crescimento industrial e mesmo agrícola, se se levar em consideração neste último setor econômico, pelo menos em tese para efeito de estudo, os problemas que fatalmente terão de surgir em torno da mecanização da lavoura fluminense.

Do mesmo modo, devem ser precisados: a) Coeficientes de consumo e de produção de energia, de acordo com o parque industrial e as demandas impostas pelo crescimento do mesmo, com as indústrias que poderão surgir complementarmente em torno de Volta Redonda (se apresentamos déficit ou produção deficiente — e é evidente que sim — frente à necessidade de manter a industrialização em ritmo equilibrado e ajustado ao consumo do conjunto do Estado). b) Aproveitamento do Vale do Paraíba e do curso do Rio em bases de interesses regionais comuns (São Paulo, Minas, Espírito Santo e Estado do Rio), de acordo com um plano de conjunto ou Plataforma de Reivindicações do Vale do Paraíba, na qual, fossem resguardados os interesses comuns da produção energética de irrigação de terras, regularização do curso do rio e outros aspectos secundários mas igualmente importantes, visando impedir as enchentes periódicas e salvaguardar os interesses das populações marginais (lavradores e populações urbanas em geral), dando lugar assim a uma campanha ampla de esclarecimento em defesa das riquezas do Vale e pelo progresso do Estado. Tal orientação objetiva, fundamentalmente, anular as manobras hábeis dos agentes do trust de eletricidade, os quais, travestidos de técnicos e regionalistas, agitam a bandeira demagógica de defesa dos interesses estaduais, quando, no fundo, na realidade defendem o poderio econômico e os lucros da Light.

B) ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO: 1) Influência do latifúndio no regime de terras no Estado (número de propriedades de área superior a 500 e menos de 100.000 hectares, improdutivas ou de baixo rendimento agrícola). 2) Índices de utilização de máquinas no campo fluminense. 3) Rendimento agrícola, por cultura (lavoura) e por unidade de área das principais produções estaduais, tais como cana de açúcar (uma das mais importantes do país), feijão, milho etc., e pelos municípios produtores principais. 4) Relações de trabalho no campo, fixando: a) percentagem da população rural que tem atividades na lavoura. b) Estimativas dos que recebem em dinheiro ou mercadorias, pelos regimes de meia, terça, ou outras formas de exploração. c) Composição da massa rural que efetivamente trabalha na lavoura pelo número de homens e mulheres e idades.

É evidente que o conhecimento desses aspectos da realidade objetiva fluminense, dentro de tão importante setor econômico, permitirá o encaminhamento planejado das reivindicações das massas camponesas e do conjunto da economia estadual, fundamentalmente ao se considerar, no momento presente, a luta que se trava pela extensão da legislação trabalhista ao campo. Julgamos ainda que, sob esse aspecto, teremos que agir com base na realidade regional e nas condições gerais da política de âmbito nacional, através de acordos e alianças, de aco-

lizações e contatos que possibilitem a vitória para o Estado do Rio, mediante a consolidação das reivindicações imediatas e a medidas capazes de conduzir a execução mesmo parcial de alguns pontos da Reforma Agrária.

Nesse particular, é interessante lembrar que, no Estado do Rio, devido ao regime imperante, apenas uma percentagem mínima (de 10 por cento da população rural), pelo último recenseamento, tinha participação ou ocupações efetivas na Agricultura, assim ficando mais de 90 por cento sem qualquer remuneração ou recebendo pagamento por regime de meia, terça, ou outras formas de exploração servil, enquanto somente 10 por cento das terras eram efetivamente utilizadas, com baixo rendimento de produção e 90 por cento das propriedades agrícolas eram empregadas para trato de animais. Levando, pois, a forte concentração latifundiária, generalizando o baixo rendimento produtivo em virtude da exploração por métodos primitivos em geral, contudo ao latifúndio, de 100 a 1.000, haviam baixado as culturas de milho, mandioca, amendoim, urva, feijão, cebola, etc., para a cana-de-açúcar, acentuando em proporções insustentáveis a produção inglesa, cana de açúcar, banana, tomate e coco da Bahia, por outro lado, o monopólio da terra por meia dúzia de proprietários (de 40 mil estabelecimentos existentes no Estado, apenas um grupo de 1.000 concentrava em suas mãos mais de 42 por cento das terras, mantendo em estado de quase improdução 1 milhão e 400 mil hectares, distribuídos em área de 500 a menos de 100 mil hectares), tem levado a uma cultura miserável e estagnada da cana de açúcar, o que explica e mantém em situação crescente de miséria grande parcela da população fluminense, localizada na sua maior parte nas zonas rurais.

Como outros aspectos de importância, para estudo do problema agrário, citamos: a) o estado do atual sistema econômico a criação de um forte mercado interno consumidor no Estado e a base necessária à industrialização. b) Insuficiência e ainda muito baixo rendimento agrícola. c) Baixos níveis educacionais, uma vez que quase 90 por cento da população do Estado estão concentrados nas zonas rurais e em situação de subnutrição, pauperismo e desajustamento crescentes, sem escolas e sem assistência médica, rar quadro — quanto desolador sem dúvida — poderá ser melhor avaliado pelo Censo de 1950, onde cerca de um milhão de pessoas não sabia ler nem escrever no Estado, enquanto os contingentes rurais atingiam 40 a 50 por cento de analfabetos, apresentando as mulheres como as maiores vítimas, e ainda com esses dados não menos alarmantes: 60 por cento dos fluminenses não tinham sequer acesso à instrução primária, menos de 2 e 1/2 por cento à instrução média ou secundária, e menos de 1/2 por cento o grau superior, o que revelava completa impossibilidade de participação da maioria de povo às escolas existentes.

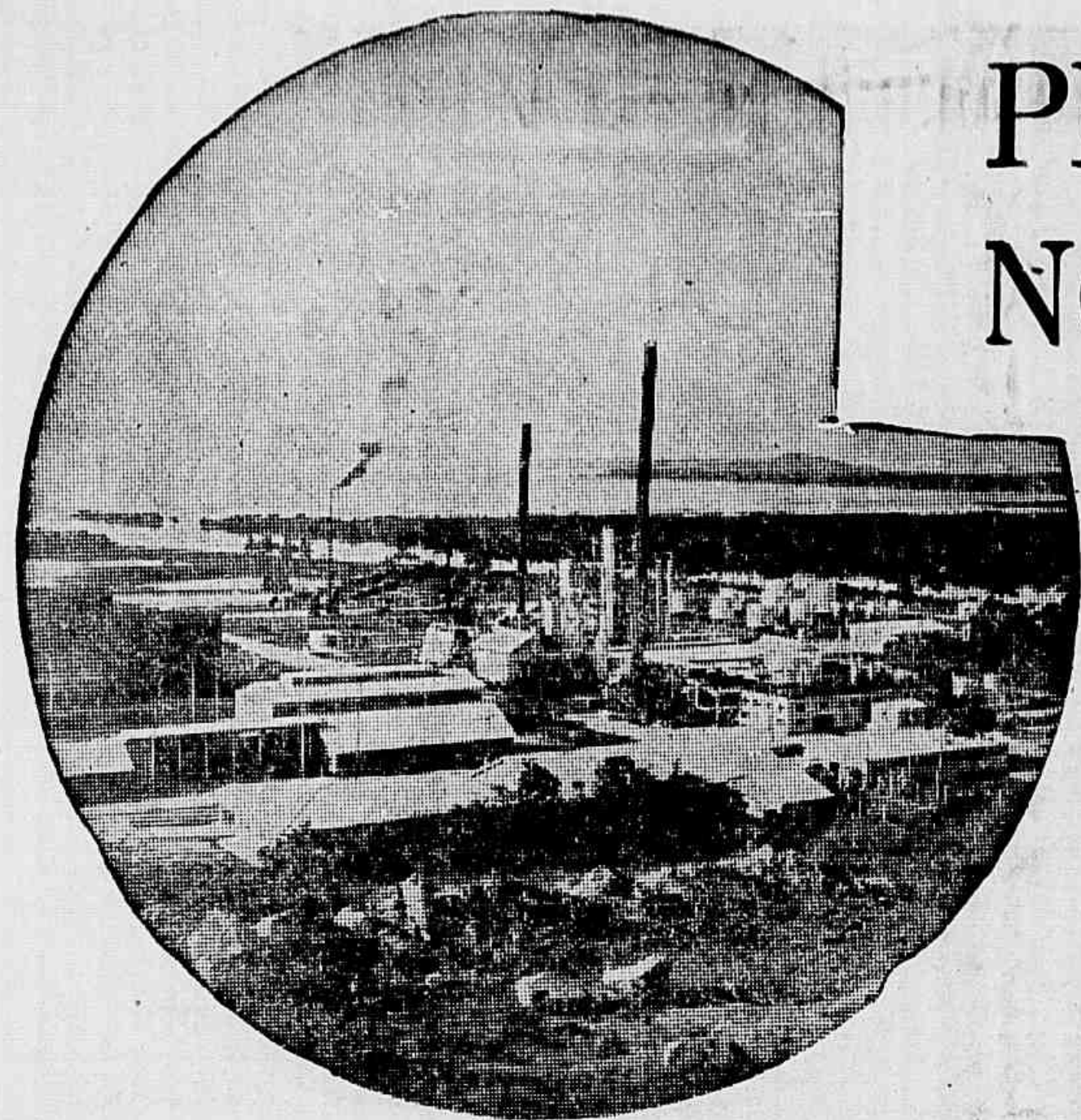
C) LEVANTAMENTO DA REALIDADE DE REPRESENTADA PELOS ÍNDICES DE CUSTO DE VIDA. Impõe-se, nesse particular, a reatuação da frente única contra a inflação, com base numa planificação e nas reais condições existentes entre as massas traionadoras e do povo em geral, levando-se em conta principalmente, que novos aumentos são impostos diariamente e novos se preparam em todo o Estado e que é oportuno e conveniente examinar o problema concreto — e não mera agitação — de se utilizarem as lutas para conter a alta dos preços, pressionando inclusive o governo, a fim de que atue a legislação da COFAP e COAPS, permitindo a inclusão em seu seio de associações, donas de casas, estudantes, etc., o que permitiria uma atuação positiva daqueles órgãos em defesa da economia popular.

D) ESTUDO DAS POSIÇÕES E COMPOSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO. Possibilidades de levar à prática e organizar a frente única anti-golpista e anti-entreguista, na base de reivindicações e sentimentos comuns patrióticos.

E) ESTUDOS DOS GRUPOS RELIGIOSOS E OUTRAS FORMAS DE FILOSOFIA IDEALISTA E DA SITUAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO.

Antes, todavia, de se levar a cabo tal tarefa — o que permaneceu durante longo tempo sob o manto espesso do dogmatismo e do empirismo cabe ao C. R., sem dúvida, se deseja, como pensamos, atuar objetiva e consequentemente no presente debate, pronunciando-se quanto antes sobre os princípios em discussão e a posição que vem mantendo dentro do sistema de erros e deformações oriundo do culto à personalidade e à liquidação dos princípios leninistas. Os interesses do proletariado e do povo fluminense, confiantes em sua atuação e na sua capacidade de se levar à altura do desenvolvimento atual, sem dúvida exigem essa atitude de responsabilidade e de prova incontestante dos seus propósitos de dirigir com acerto as lutas pela emancipação econômica e política do Estado, dentro da etapa necessária que atravessamos e que abrirá caminho à conquista definitiva dos ideais socialistas.

PETROBRAS, UMA DAS BASES DE NOSSA EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA



1956 foi o ano de consolidação da política da Petrobrás. Os êxitos alcançados pela solução nacionalista para o problema do petróleo já foram de tal monta que nenhum brasileiro honrado e patriota pôde mais em dúvida que o caminho traçado na lei 2004 de 3-10-1953 é o verdadeiro caminho da emancipação econômica nacional, no setor dos combustíveis líquidos.

Contribuição decisiva para esta consolidação da política da Petrobrás foi a vitória do movimento antigolpista de 11 de novembro de 1955, que assegurou a posse dos candidatos eleitos nas urnas de 3 de outubro com o apoio da quase totalidade das forças nacionalistas e patrióticas. Estas forças passaram a ter uma influência evidente dentro do governo possibilitando a realização de uma política de apoio claro e firme à Petrobrás, contra a qual conspiravam abertamente os principais próceres do governo Café Filho, (à frente deles o conhecido entreguista Juarez Távora).

A nova direção da Petrobrás

A substituição do coronel Artur Levy na presidência da Petrobrás, logo no início do governo Kubitschek, provocou certa desconfiança sobre os rumos que seu substituto — cel. Janari Nunes — poderia imprimir à grande empresa. Mas, em que pesem certas declarações do atual presidente da Petrobrás, pouco depois de sua posse — declarações recebidas com reserva pela opinião pública —

o fato é que o cel. Janari Nunes se tornou, no exercício de suas funções, um dos defensores da solução nacionalista consubstanciada na criação da grande empresa petrolífera. Tem-se mantido fiel ao estatuto da Petrobrás e não permitiu que sofresse qualquer solução de continuidade o plano que vinha sendo executado pelo seu antecessor.

Manobras contra o monopólio estatal

A marcha da Petrobrás para a frente, no ano que terminou, não se detiu, entretanto, sem luta e sem resistências a pressões, mais ou

menos abertas dos trustes e do governo norte-americano para que se abrissem brechas no sistema vigente de exploração do petróleo.

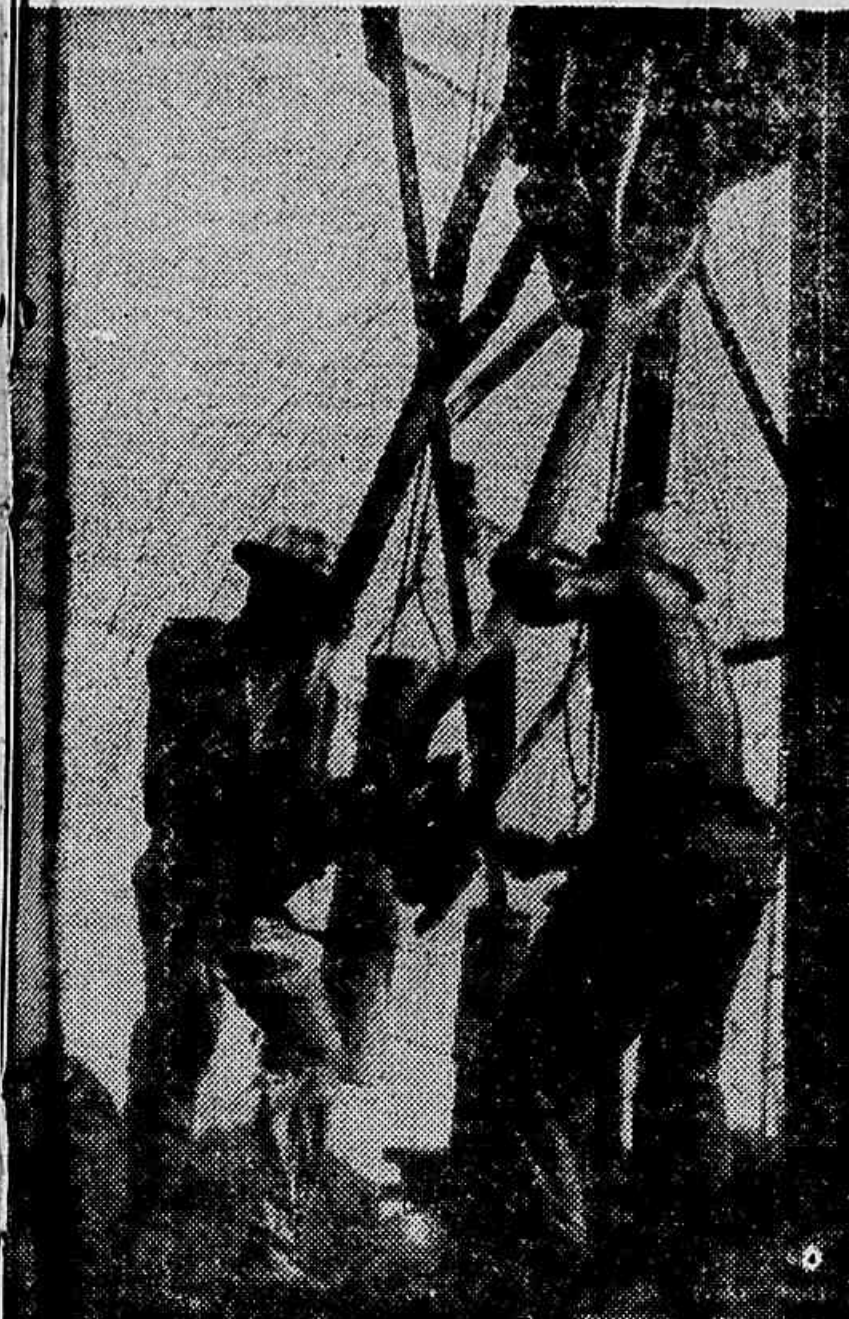
No primeiro semestre deste ano, a American Hanson's Letter, publicação de Mac Grow Hill, expunha um plano concertado pelos monopólios lanques, de acordo com o governo de Washington, visando a abrir caminho para um golpe contra a Petrobrás. Tratava-se de uma proposta do grupo Rockefeller para participação na exploração do minério de ferro do Brasil. O objetivo principal da proposta era verificar a reação do povo brasileiro diante de acordos deste tipo. Então, passar-se-ia à conclusão de um acordo similar sobre petróleo. A simples notícia desta maquiagem encontrou, de pronto, viva reação nos mais vãos círculos da opinião nacional, fazendo sentir aos responsá-

veis pelo governo que o povo brasileiro não consentiria em qualquer arranjo na lei da Petrobrás. Neste mesmo período o cel. Janari Nunes chegou mesmo a aventar a hipótese de concessões, pela Petrobrás, para exploração de áreas petrolíferas, pelo sistema de royalties. A idéia foi logo abandonada em face da repulsa que encontrou no seio da opinião pública. Tentando concretizar seu plano, o governo de Washington, quando da realização da conferência de Panamá, tentou exigir modificações na lei da Petrobrás, como condição para o fornecimento de empréstimos pelo Banco de Exportação e Importação. O engenheiro Lucas Lopes, que negociou o empréstimo de 150 milhões de dólares, teve de declarar aos governantes e banqueiros norte-americanos que seria mais fácil derrubar o governo, do que derrubar a Petrobrás. Finalmente, quando re-

benhou a crise do canal de Suez, alguns jornais de matérias pagas nos guichês de Standard Oil — tendo à frente Chateaubriand — iniciaram uma campanha contra a Petrobrás, alegando que se não chamássemos o capital estrangeiro para pesquisar petróleo no Brasil, não teríamos o óleo para refinar. Esta chantagem foi desmascarada, com firmeza, pelo cel. Janari Nunes que apoiado pela opinião pública demonstrou que nenhuma empresa estrangeira faria mais pela produção petrolífera nacional que a Petrobrás. Esta repulsa às arremetidas entreguistas contra

Importantes obras estão sendo realizadas na refinaria de Mataripe (Bahia) com a finalidade de ampliar a sua produção. Atualmente Mataripe produz 6.300 barris diários, dos quais 469.600 litros de gasolina, 57.000 litros de óleo diesel, 378.600 litros de óleo combustível, 25.000 litros de gás liquefeito e 21.700 litros de solvente. Mataripe, com as ampliações, poderá triplicar sua produção.

A MAIOR EMPRESA NACIONAL: 8 BILHÕES DE CRUZEIROS DE CAPITAL — AS REALIZAÇÕES DA PETROBRÁS EM 1956 — ECONOMIA DE 44 MILHÕES DE DÓLARES EM DIVISAS — PERSPECTIVAS IMEDIATAS: AUTO-SUFICIÊNCIA NACIONAL, EM MATÉRIA DE PETRÓLEO, DURANTE O QUINQUÊNIO 1957-61 — ASSEGURAR AS VITÓRIAS CONQUISTADAS CONTRA AS MAQUINAÇÕES DOS TRUSTES



Os êxitos da Petrobrás vieram demonstrar, também, a capacidade dos técnicos e operários brasileiros, capacidade posta sempre em dúvida pela propaganda entreguista.

Poço de petróleo em Candeias, no Recôncavo Baiano. Os novos estudos precedidos pela Petrobrás revelaram que as reservas petrolíferas do Recôncavo são muito superiores às estimativas anteriormente realizadas. Ascendem a cerca de 300 milhões de barris (anteriormente o cálculo era de 50 milhões apenas).



GASTOS EM CRUZEIROS E EM DÓLARES

Atualmente, os recursos mobilizados pela Petrobrás para investimentos assim se distribuem:

Contribuição da União	3,0 bilhões de cruzeiros
Contribuição dos Estados e Municípios	1,3 bilhões de cruzeiros
Contribuições particulares	1,0 bilhão de cruzeiros
Reinversões próprias	10,0 bilhões de cruzeiros

Assim, a Petrobrás gasta anualmente, em investimentos, 15 bilhões e 300 milhões de cruzeiros. NENHUMA EMPRESA PETROLÍFERA investiu, até agora, em zonas novas (isto é, onde as pesquisas se iniciaram há pouco tempo) maior soma de capitais que a Petrobrás. Na exploração petrolífera as inversões crescem à medida que são descobertas novas

jazidas e que vão surgindo os poços produtores. O crescimento dessas inversões torna-se, por isso, autofinanciável. Um exemplo: a Gulf Oil, que obteve concessão para explorar uma larga área petrolífera na Bolívia está investindo, ali, apenas 10 milhões de dólares por ano. Estes dados destroem completamente a alegação entreguista de que os recursos da Petrobrás são insuficientes para «dar petróleo ao Brasil em tempo útil». Como declarou um técnico norte-americano, mr. Link, nenhuma empresa estrangeira faria mais pela exploração de nosso petróleo do que tem feito a Petrobrás. Nenhuma empregaria maior quantidade de capital para a exploração de petróleo, de acordo com as pesquisas atualmente efetuadas, mais do que a Petrobrás.

Grande futuro petrolífero da Amazônia

Com exceção do Oriente Médio, nenhuma outra região do mundo oferece tantas possibilidades, afirmou o engenheiro Link ao sr. Juscelino Kubitschek, quando o Presidente da República visitou Nova Olinda. Realmente, são imensas as possibilidades petrolíferas da Amazônia. Os estudos geológicos já realizados indicam que uma região de 1.434.000 km², que vai da faixa andina do Acre à fossa marajora, é uma zona rica em petróleo. Estas possibilidades vão-se tornando realidade. A perfuração do poço pioneiro de Nova Olinda demonstrou que o petróleo da Amazônia existe. Dois novos poços foram abertos na zona de Nova Olinda. A perfuração do primeiro foi interrompida. Um segundo acaba de ser perfurado: os técnicos da Petrobrás estão certos de que será um poço produtor.



Trabalhos iniciais para a perfuração de um dos poços de Nova Olinda. Quando, a qualquer momento, a notícia da obtenção de um poço produtor no referido área petrolífera.

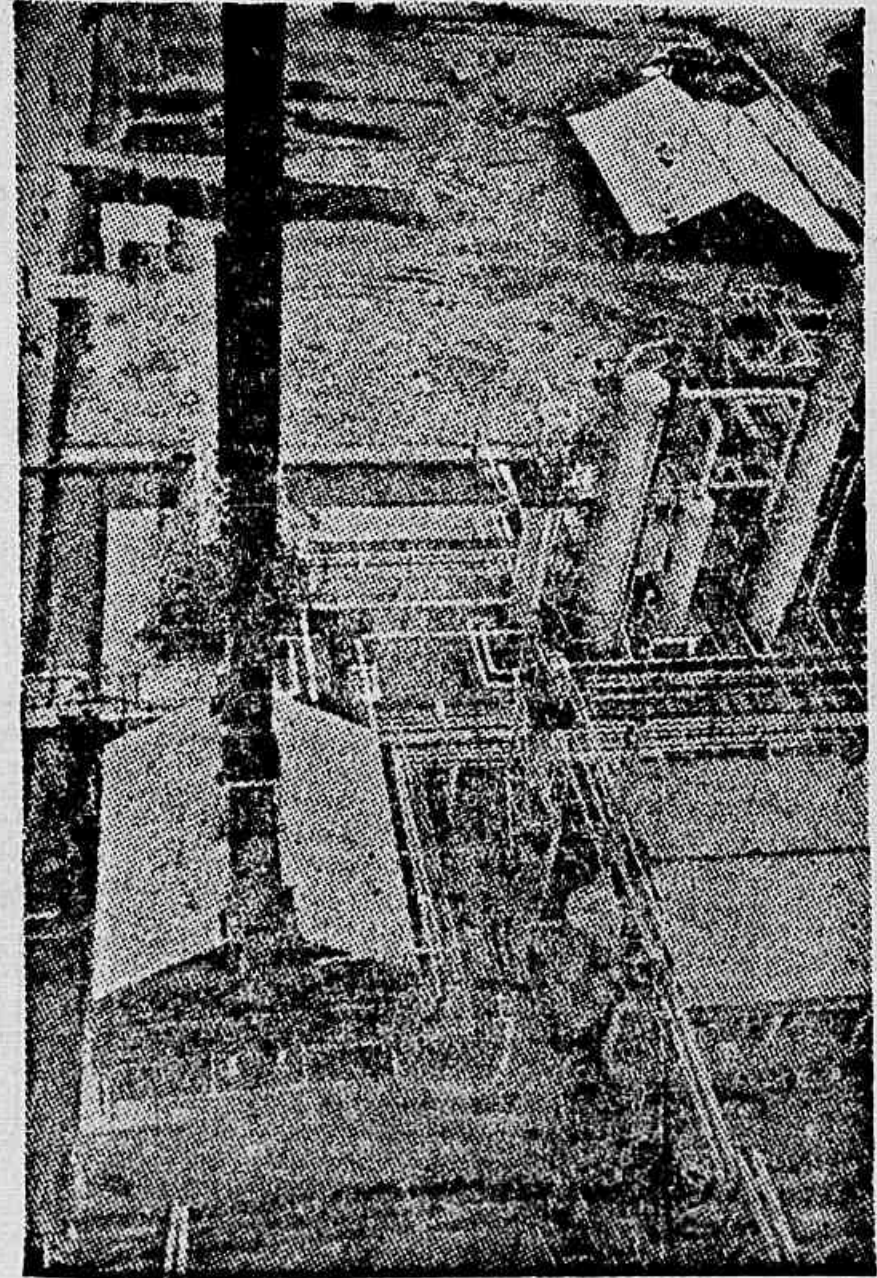
Balanco Das Realizações da Petrobrás em 1956

A PETROBRÁS é, hoje, a maior empresa industrial do país. Seus recursos somam 5 bilhões e 517 milhões de cruzeiros. O faturamento de vendas anuais sobe a mais de 1 bilhão de cruzeiros. Neste ano pode-se anotar entre os principais êxitos da PETROBRÁS:

- 1 — a conclusão e o funcionamento da Fábrica de Asfalto de Cubatão, com uma produção anual de 120 mil toneladas (além do consumo nacional).
- 2 — construção da Fábrica de Fertilizantes, com a capacidade de produção de 120 toneladas, por dia, de adubos hidrogenados. A fábrica liberta-nos da importação de fertilizantes.
- 3 — aumento da capacidade de produção da Refinaria Presidente Bernardes para 70 mil barris diários (antes era de 45.000).
- 4 — aumento do número de campos produtores do Recôncavo Baiano, que se elevou a 317, entre eles 16 submarinos, na Bahia de Todos os Santos.
- 5 — elevou a capacidade de produção dos campos do Recôncavo a 25.000 barris diários (era antes de 7.000).
- 6 — prosseguiu na construção da Fábrica de Eteno em Cubatão, dando assim uma base para a instalação da indústria de petroquímicos no país.
- 7 — iniciou a ampliação da Refinaria de Mataripe que deverá elevar sua capacidade produtiva para 37.000 barris diários (Mataripe produz, presentemente, 7.000 barris).
- 8 — intensificou os trabalhos de pesquisas e perfurações na Amazônia. Foram perfurados mais dois poços na área de Nova Olinda e outros junto aos rios Abacaxis, Cupari, Urária e na confluência do Madeira com o Amazonas.

- 9 — prosseguiu as perfurações em Testa Branca e Mocambo, no Maranhão, foram iniciadas perfurações em Macau (R.G. do Norte), em Tabuleiro dos Martins (Alagoas), na Ilha da Trindade;
- 10 — foi promovido o mapeamento geológico da área de Piracicaba (S. Paulo) para o início de perfurações;
- 11 — começou a exploração de petróleo no Paraná, com perfurações em Cândido de Abreu;
- 12 — concluiu os estudos para a construção da refinaria do Distrito Federal, com a capacidade de 96 mil barris diários. A refinaria será instalada na ilha do Governador. A construção terá início este ano e deverá estar concluída em setembro de 1960.
- 13 — aumentou a frota de petroleiros com mais três unidades. A Frota conta atualmente com 25 navios, pertencendo um total de 285.100 toneladas.
- 14 — promoveu novos estudos no Recôncavo Baiano, os quais comprovaram que suas reservas petrolíferas são de cerca de 1 bilhão de barris.
- 15 — aumentou o capital social de 6 para 8 bilhões de cruzeiros.
- 16 — foi ampliada a refinação nacional de petróleo, que passou de 120.000 barris diários para 170.000, o que corresponde a cerca de 70% do consumo nacional de gasolina.
- 17 — espera-se, para este início do ano, o anúncio de um novo poço produtor de petróleo em Nova Olinda (o terceiro que se perfura, inclusive o poço pioneiro).
- 18 — entrou em funcionamento a refinaria de Manáus (5.000 barris), refinaria particular.

ECONOMIA DE DIVISAS
Os empreendimentos industriais, a produção de óleo bruto, assim como o refino e o transporte pela Frota Nacional de Petroleiros e representaram, neste ano, uma economia de divisas, para o Brasil, de cerca de 44 milhões de dólares (sendo 36 milhões referentes à produção e 8 milhões ao transporte).



PERSPECTIVAS IMEDIATAS

O PROGRAMA da Petrobrás, previsto no ano passado, inclui os seguintes objetivos principais no quinquênio de 1957-61:

- Produção de 130.000 barris de petróleo por dia;
- refinação de 270.000 barris diários (inclusive refinarias particulares);
- ampliação da frota de petroleiros para 500.000 toneladas.

Os investimentos até 1961 deverão ser da ordem de 35 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, dos quais 15 bilhões e 400 milhões serão aplicados para a importação de equipamentos.

Os recursos de que já dispõe a Petrobrás, acrescidos dos que serão arrecadados com a nova tributação sobre os combustíveis líquidos deverão cobrir essas despesas com investimentos.

Este ano, além de um programa de sensível intensificação das perfurações e de levantamento geológico de várias zonas, terá início a construção de uma grande refinaria da Petrobrás nesta Capital (com a capacidade de produção de 90.000 barris). Será estudada a instalação de refinarias em Belo Horizonte e no Nordeste. A produção de petróleo no Recôncavo Baiano, com os trabalhos em desenvolvimento, poderá ir imediatamente a 40 mil barris diários e atingir, em 1960, a casa dos 100 mil barris.

A perspectiva, para este quinquênio, ainda tendo em vista o crescimento muito rápido do consumo nacional (conseqüência da rápida industrialização do país) é a de obtermos, até 1961, uma relativa auto-suficiência em matéria de petróleo e seus derivados.

Voz dos Leitores

Mineiros do CADEM Conquistaram Com a Unidade Sua Reivindicação



Duas Greves em Cabedelo

JOAO PESSOA, Paraíba (Do correspondente) — Estão em greve desde princípios de dezembro os trabalhadores da Companhia de Pesca da Baía de Cabedelo, neste Estado. A greve foi deflagrada para forçar a empresa a pagar os salários atrasados e dela participam os mensalistas e diaristas.

A empresa obtém grandes lucros, vendendo óleo e outros produtos da baleia. Todavia, deixa atrasar indefinidamente os salários e mantém os trabalhadores sob rude exploração, em péssimas condições de trabalho. Depois de algumas conversações com a cia., os empregados deliberaram dar um prazo à empresa para a regularização da situação, findo o qual intensificarão sua luta se não fossem atendidos.

Também os portuários de Cabedelo estão em greve, reivindicando o pagamento de atrasados. O porto foi virtualmente ocupado por forças da polícia militar e do corpo de bombeiros.

Pretendendo colocar o porto em funcionamento sem atender os portuários, cerca de cinquenta pessoas foram mobilizadas para ali trabalhar. Mas, como não conheciam o trabalho, quase todos foram acidentados. Quando acabaram a greve, a greve pros...

RECLAMAM MELHORIAS

JOAO PESSOA, PB (Do correspondente) — Os moradores da Ilha do Bispo, populoso bairro desta Capital, estão fazendo uma campanha junto ao governador do Estado e às autoridades municipais para que sejam atendidas certas reivindicações locais. Nesse sentido, foi entregue ao governador Flávio Ribeiro Coutinho um abaixo-assinado com 150 assinaturas, no qual os signatários solicitam que seja conservada a ponte do bairro, instalado um chafariz e colocado transporte coletivo. O memorial foi entregue por uma comissão de 19 senhores e 2 jovens, tendo o governador lhes assegurado que providências e atendimentos das reivindicações expostas.

UMA CRÍTICA A «NOTÍCIAS DE HOJE»

Do sr. Pedro Rodrigues, de Ribeirão Preto (SP), resubom:
 «Como leitor dos jornais populares, venho observando que o «Notícias de Hoje» não está satisfazendo às necessidades e aspirações do povo, principalmente dos trabalhadores do campo. Fazem sempre para este jornal várias coisas que interessam tanto aos trabalhadores da cidade, como aos da roça, mas sempre dizem que não há espaço para elas. Entretanto, há sempre matérias grandes no jornal, que não interessam aos trabalhadores. Devido a isso, envio-lhe essa observação crítica».

Do sr. Mauro Taquaruss, de Minas do Butiá (RS), recebemos:

«Desde o mês de agosto, quando entraram em vigor os novos níveis de salário-mínimo, o CADEM (Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração) vem atrasando os pagamentos aos seus empregados. O último dia para o pagamento é o dia 10 de cada mês, mas a empresa não cumpre o estabelecido e deixa atrasar dez ou mais dias.

Diante da repetição dos atrasos de pagamento, os trabalhadores, em assembléia realizada na sede do sindicato da corporação, deliberaram dar ao CADEM o prazo até o dia 15 de dezembro. Os 400 mineiros reunidos no sindicato deliberaram ainda exigir que a empresa fizesse os pagamentos, permanentemente, até os dias 10 ou 12 de cada mês, ameaçando inclusive recorrer a greve para o atendimento dessa reivindicação.

A empresa prometeu atender ao reclamo dos trabalhadores, mas no dia marcado o pagamento não foi efetuado. O vice-presidente do sindicato procurou então os dirigentes da empresa, tendo sido informado de que o pagamento só sairia dia 22 ou 23.

A notícia de que o CADEM não ia fazer o pagamento correu rapidamente entre os trabalhadores, asseverados com grandes dificuldades financeiras. Foi convocada nova assembléia para o sindicato, tendo sua diretoria relatado aos mineiros os fatos ocorridos. As manobras e desonestidades do CADEM foram causticadas pelos trabalhadores e, ao final, decidiu-se dar o prazo de dois dias para que fosse feito o pagamento. Se a empresa não atendesse, as atividades nas minas seriam paralisadas no dia 18 de dezembro.

Ao conhecer a disposição de luta dos trabalhadores, o CADEM voltou atrás em seus propósitos e mandou efetuar o pagamento. Os mineiros haviam conquistado brilhantemente a vitória e, principalmente, tinham sentido o valor da unidade e da coesão em torno de sua entidade de classe».

Mal Aproveitada a Riqueza Carbonífera Nacional

HENRIQUE LAGE, Santa Catarina (do correspondente) — A opinião pública deste Estado vem reclamando medidas práticas de plena utilização dos recursos carboníferos do país, que são particularmente valiosos em Santa Catarina.

A bacia carbonífera nacional estende-se, com pequenas soluções de continuidade, desde Itapetinga, em São Paulo, até o Rio Grande do Sul, e é avaliada em 5 bilhões de toneladas de hulha. A reserva de Santa Catarina está calculada em 1.250 milhões de toneladas de carvão de alta qualidade, o único qualificável do país e, por isso, de grande utilidade para a indústria siderúrgica. O carvão catarinense possui elevado poder de aglutinação, fator que o torna particularmente vantajoso, permitindo sua mistura a carvões de diferentes qualidades. (Este carvão, depois de coqueificado, contém: «tipo metálico» — 16% de cinzas; «tipo vapor» — 28% de cinzas).

O desperdício da «pirita»

A ulha brasileira de um modo geral contém «pirita», elemento prejudicial à siderurgia e que precisa ser separado, o que se faz por meio de processos especiais. Entretanto, no Brasil, joga-se fora a «pirita» separada do carvão, privando-se a economia nacional de um elemento precioso para a indústria do ácido sulfúrico. Nos Estados Unidos, 22% do ácido sulfúrico produzido é fabricado utilizando-se a «pirita». Na Europa, donde provém cerca de 50% da produção mundial do ácido sulfúrico a «pirita» é largamente utilizada nessa indústria. E no Brasil atrai-se fora matéria prima de tão grande valor.

Estimular o emprego do carvão

Num país como o Brasil não se justifica a existência



Cada Membro da Família Deve Viver Com Cr\$ 10,00 Por Dia

Do Sr. Nazareno Clavata, de Ribeirão Preto (SP), recebemos carta da qual destacamos os seguintes trechos:
 «Aqui em Ribeirão Preto a fazenda Guataparã está pagando Cr\$ 110,00 por dia, mas é dia de dez horas de trabalho. Dessa maneira, a fazenda está pagando o salário-míni-

mo mas desconta o aluguel de casa (isto, desde 15 dias atrás). A fazenda São Martinho paga Cr\$ 105,00 por dia e há outras fazendas onde o salário tem melhorado um pouco (cerca de 70 a 80 cruzeiros), mas na maioria delas paga-se 50 a 60 cruzeiros por dez horas de trabalho.

O SINDICATO ESCLARECE

As lutas por aumento de 20 ou 30 cruzeiros ao salário diário são devidas ao trabalho de esclarecimento do Sindicato rural de Ribeirão Preto, que permanece aberto o dia inteiro para orientar os trabalhadores e demonstrar-lhes que eles têm direito a Cr\$ 72,70 por dia de 8 horas de trabalho e a Cr\$ 16,00 por hora extra.

Há um mês atrás um quilô de arroz custava Cr\$ 15,00, hoje custa Cr\$ 20,00. Houve, portanto, um aumento de 25 por cento; mas os salários não aumentam nunca no mesmo ritmo.

Em média um trabalhador rural colono ou camarada ganha em São Paulo cerca de Cr\$ 60,00. Ora, um colono com mulher e quatro filhos menores terá portanto Cr\$ 10,00 para cada membro da família ou então 760 gramas de arroz. Como se vê, estas crianças estão condenadas à subnutrição ou à morte».

Violências Contra Colonos no Município de Miranda

MIRANDA, M. G. (Do correspondente) — Cenas de selvageria foram praticadas na colônia de Bodoquena, neste município, contra modestos lavradores. Os colonos Antônio Alves, Melchides Teixeira, Francisco Antônio, Termício Borges, Fulgêncio Braga e dona Davirgem Angélica tiveram suas casas invadidas ou incendiadas e, sob ameaça de fuzis e espancamentos pelos jagunços de polícia, foram conduzidos presos com suas esposas e filhos para a estação ferroviária de Bodoquena.

Os mandantes desses banditismos foram os proprietários da Cia. Francesa, um dos maiores latifúndios de Miranda. Depois que os colonos estavam com suas roças plantadas em quase dez alqueires, os latifundiários procuraram despejá-los empregando a violência e o terror policial para se apoderar de suas colheitas.

Há milhares de colonos em Bodoquena, e aqueles que estão situados nas vizinhanças dos latifundiários são vítimas de constantes terrorismos como os citados, pois os grandes fazendeiros estão permanentemente procurando tomar as terras dos pequenos lavradores.

Convenham pensar, no entanto, que essas coisas acontecem porque os colonos não têm união, não lutam juntos por seus direitos e não têm uma organização na qual estejam reunidos para conquistar suas reivindicações. Nesse sentido, é bom citar o exemplo dos lavradores de Dourados, que não só podem defender suas terras, como lutam e conseguem auxílio dos governos.



VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Aydan do Couto Ferraz

MATRIZ:

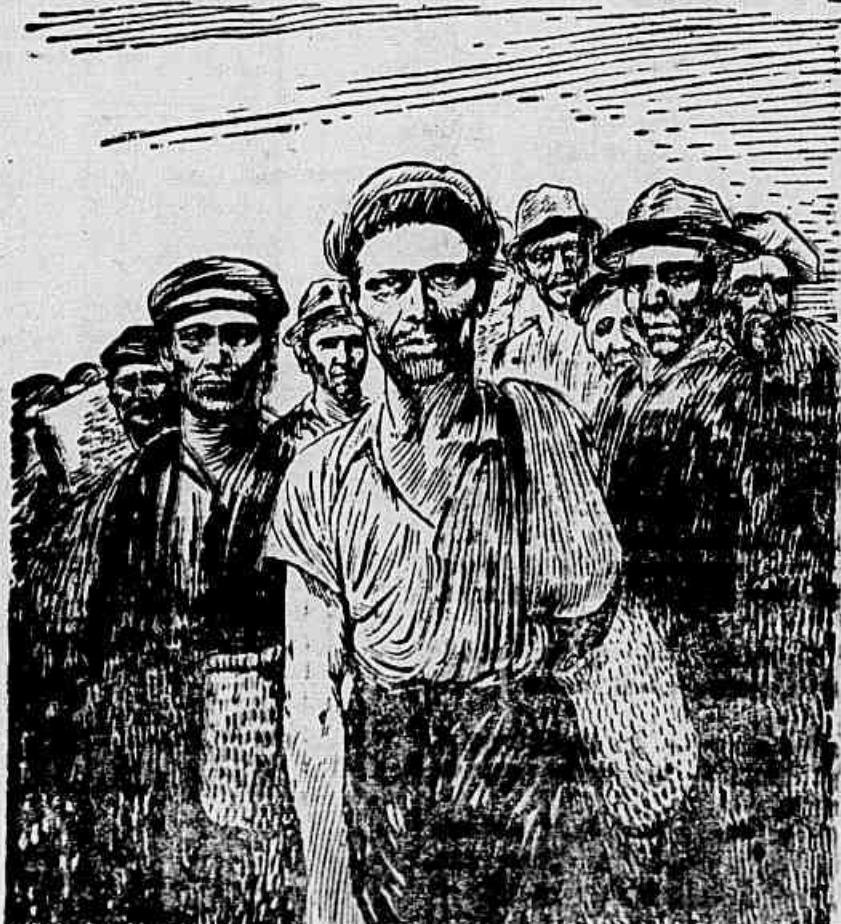
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	3,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte:	
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte	2,00
Goiás e interior de Amazonas e Territórios	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerais	2,50

SUCURSAS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84 s/ 28, 2º and. — Tel. 37-4983
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43
RECIFE — Rua Floriano Peixoto nº 85 — 3º and. — s/ 326
FORTALEZA — Rua Branco do Rio Branco, nº 1.248 — s/ 22 — Tel. 1-13-03
SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe 67 — Edifício Zacarias s/ 203 (Calçada)
JOAO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4
 Enderéço Telefónico da Matriz e das Sucursais:
VOZ PÉRIA



PELA APROVAÇÃO, NA CAMARA, DO PROJETO DA RFFSA

EM DOCUMENTO dirigido aos ferroviários brasileiros, a Comissão Nacional Permanente de Defesa das Ferrovias (criada pelo Congresso de Campinas) define sua posição ante o projeto da Rêde Ferroviária Federal S.A., aprovado pelo Senado e que será examinado pela Câmara na próxima sessão legislativa. «Tendo em vista que foi o projeto substancialmente modificado pelo Senado como vimos atrás — diz o documento da Comissão Permanente — e na forma do aprovado na reunião desta CNPDF, de 12 de novembro, parece que não seria justo, nem mesmo razoável, o prosseguimento da luta contra a transformação das estradas de ferro em sociedade anônima somente pela classe ferroviária quando, agora, o problema diz respeito a toda a Nação Brasileira, nos seus demais aspectos».

A TAREFA DOS FERROVIÁRIOS

Em face desses esclarecimentos — prossegue a nota — propõe a CNPDF à classe:

- 1) — Debate com os companheiros ferroviários desse ponto de vista, que nos parece acertado;
- 2) — prosseguimento da luta, junto à Câmara dos Deputados, para aprovação das emendas do Senado apresentadas ao projeto, que correspondem aos anseios e

reivindicações da classe quanto aos seus direitos e vantagens, uma vez que a Câmara tem apenas duas alternativas: aprovar as emendas do Senado ou rejeitá-las e ficar com o seu trabalho anterior, prejudicial aos ferroviários;

3) — aprovadas pela Câmara dos Deputados as emendas do Senado, continuar a luta junto

à Presidência da República para sancioná-las.

Nesse mesmo sentido manifestou-se a União dos Ferroviários do Brasil, em nota pública da qual se destaca o seguinte trecho: "Precisamos que todos os ferroviários, como um só lutador, se dirijam aos deputados federais e ao presidente da República solicitando a aprovação das emendas do Senado que mantiveram os nossos direitos. É necessário também que toda a classe fique alerta, aguardando a palavra de ordem desta UFB, porque não nos conformaremos que seja posto sem efeito um simples parágrafo das emendas do Senado, que garantirão nossos direitos."

A SITUAÇÃO

DOS FERROVIÁRIOS

É a seguinte, em resumo, a situação dos ferroviários no projeto da RFFSA:

- 1) — foi concedido o direito de opção, para continuar na situação funcional em que estiverem na data da lei, aos funcionários públicos, autárquicos, extranumerários de qualquer modalidade, ao pessoal das estradas em regime especial e das arrendadas aos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- 2) — têm todos os direitos, prerrogativas e vantagens completamente assegurados, in-

clusive com as modificações que houver futuramente na legislação referente a esses direitos.

3) — continuarão nas mesmas estradas de ferro sem o perigo de remoção "ex-officio" para outra;

4) — passarão a integrar quadros e tabelas suplementares, na jurisdição do Ministério da Viação;

5) — os ferroviários julgados excedentes, dentro do prazo de seis meses da publicação da lei, serão aproveitados pelo

Poder Executivo, com todos os direitos assegurados, na medida das possibilidades e para cargos ou funções correspondentes aos que ocupavam nas estradas de ferro, quer quanto à remuneração, quer quanto à amplitude das carreiras.

Esses direitos são assegurados nos artigos 15 a 17 do projeto aprovado no Senado.

OS AÇIONISTAS DA RFFSA

O Senado fixou em 20% (e

não 30%, como boata espalhada na Comissão de Economia) a participação do capital privado na sociedade anônima, ficando o governo federal com 51% das ações e as demais entidades do direito público com 29% das mesmas. Desse modo, 80% das ações caberão à União, Estados, Municípios e outras entidades estatais ou autárquicas. Não há, pois, a possibilidade de controle da sociedade anônima por acionistas particulares, nacionais ou estrangeiros.

Iniciam Suas Atividades Conselhos Regionais da CNTI

A organização dos conselhos Regionais Consultivos da CNTI está se solidificando. O do Rio, por exemplo, já realizou várias reuniões e discutiu diferentes

problemas de interesse para os trabalhadores. Os seus componentes, membros efetivos das Diretorias e dos Conselhos Fiscais, das Comissões de Estudos Sociais dos sindicatos, bem como das federações com âmbi-

to na base territorial, onde atua o Conselho Regional, estão se ligando semanalmente e discutindo as questões locais em conjunto.

As primeiras práticas dessas justas e necessárias atividades tiveram suas formas iniciais nas Uniãoes Sindicais e depois nas comissões Inter-Sindicais, Pactos de unidade e nas Comissões de Estudos e Defesa das Leis Sociais. Agora encontraram uma forma orgânica dentro da própria estrutura do movimento sindical existente. Está também contribuindo para isso a democratização dos métodos da CNTI. A sua direção está compreendendo que sem a colaboração dos sindicatos, qualquer campanha ou qualquer outro tipo de luta não será levada a cabo.

Estava bem claro que a CNTI fora reduzida apenas a um organismo de cupua suas notas e proclamações não tinham repercussão no seio dos trabalhadores. Ela vivia quase à margem do movimento operário e sindical. A experiência do 1º de Maio do ano passado foi de grande utilidade para todos os sindicatos, mas principalmente para as federações e confederações. Só foi possível aquele espetáculo de unidade e de fraternidade, quando todos os organismos sindicais, se uniram numa só vontade.

A vida dos Conselhos Regionais depende principalmente dos sindicatos, dos seus dirigentes e de seus militantes. O regime que rege as atividades dos Conselhos estabelece normas livres debate e decisões tomadas sempre por maioria. O importante é que as decisões dos Conselhos devem ser examinadas pelos sindicatos em suas reuniões e assembleias. Nesse sentido o exemplo dado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico do Rio de Janeiro, deve ser seguido por todos os seguintes componentes do Conselho. Os problemas discutidos e resolvidos na última reunião do Conselho foram examinados pelos associados numa assembleia de delegados e representantes. Só assim as decisões do Conselho terão força de aplicação.

A discussão de todas as questões com os trabalhadores é a melhor prática da democracia sindical. Os métodos democráticos do movimento não se tornam realidade apenas inscrevendo-os em nossos documentos programáticos ou em planos reivindicatórios. É necessário praticá-los. E uma das maneiras de pô-los em prática é ouvir as outras opiniões por mais divergentes que sejam e sempre submetter as decisões à vontade da maioria.

Os Conselhos Regionais terão uma vida democrática e extremamente útil aos trabalhado-

res e à unidade do movimento sindical, fortalecendo os sindicatos, como base de todo edifício sindical, de suas raízes nas fábricas, de todos os sindicatos dos trabalhadores da indústria da região participarem ativamente de seus trabalhos e submeterem suas decisões aos trabalhadores.

Os Conselhos Regionais ainda estão iniciando suas atividades. Eles se podem tornar um veículo forte e respeitado entre todas entidades sindicais. Dependente da compreensão dos dirigentes sindicais que têm que ter uma visão mais ampla, isto é, além de sua corporação, colocar os interesses dos trabalhadores acima de seus pontos de vista e preferências pessoais.

O movimento sindical necessita um grande esforço para intensificar sua organização. A vida dos Conselhos Regionais constitui um passo neste sentido.

CONTRA A ARSUEDA INCIDENCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE O SALÁRIO

UMA CAMPANHA nacional, dirigida pela CNTI, será realizada pelos sindicatos, visando a modificar a lei nº 2.862, que institui o imposto de renda sobre os salários e vencimentos dos trabalhadores, funcionários e empregados, a partir de Cr\$ 5.001,00.

As modificações feitas na lei nº 2.862, sancionadas pelo presidente da República, começaram a vigorar a 1º de janeiro. Os salários, vencimentos, retiradas, ordenados, comissões, gratificações ou outro qualquer rendimento do trabalho, sofrerão isenções. Os salários desde Cr\$ 5.001,00 e Cr\$ 10.000,00 serão descontados na fonte. Apenas estão isentos do imposto de renda os casados com filho, os desquitados, solteiros ou viúvos com mais de dois filhos. O pagamento do imposto recai sobre a cabeça do casal.

Diante disso os sindicatos estão se movimentando no sentido de obter a revogação das modificações da lei que chegam ao absurdo de equiparar a renda, para efeito de pagamento de imposto, o salário dos operários superiores a 5 mil cruzeiros — isto é, a menos de uma vez e meia o salário-mínimo na capital do país. Em São Paulo um documento propondo ao ministro da Fazenda algumas modificações da lei já foi elaborado e deverá ser entregue.

Os Ferroviários do Brasil Forjam na Luta Sua Unidade de Ação

AGOSTINHO DIAS DE OLIVEIRA

O IV Congresso dos Ferroviários, realizado em Campinas a 24 de agosto de 1954, foi um passo para unir os ferroviários de todo Brasil na luta por suas reivindicações mais sentidas no momento.

O relatório apresentado pela Comissão Organizadora daquele conclave fez uma análise pormenorizada da situação das ferrovias do país e das condições dos ferroviários assim como, das ameaças que pesavam sobre as conquistas destes trabalhadores, caso fosse aprovado o Projeto de Lei enviado à Câmara dos Deputados em 1952 pelo governo.

Na justificativa apresentada pelo governo para a transformação das ferrovias, sob domínio da União, em Sociedade Anônima, era colocada como causa fundamental os déficits sempre crescentes das ferrovias administradas pelo poder público. O relatório discutido no Congresso Nacional Ferroviário, e aprovado por este, desmascarou as afirmativas do governo sobre os déficits e mostrou as suas causas, que não eram aquelas apresentadas e sim a política administrativa adotada pelo governo e as concessões de tarifas preferenciais a determinados grupos políticos e empresas estrangeiras.

Das resoluções aprovadas no Congresso, um das mais importantes, sem dúvida, foi a que diz: "Os ferroviários de todo o país se levantarão em greve, caso seja aprovado o Projeto de Lei que transforma as ferrovias em Sociedade Anônima". Essa palavra-de-ordem, ecoou nos meios ferroviários como um toque de reunir. E foi sob essa orientação aprovada no Congresso que os ferroviários de todo o país iniciaram a discussão e análise do Projeto de Lei em andamento no Congresso. Quando este foi aprovado a toque de caixa pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado, as ameaças aos direitos dos ferroviários estavam prestes a se concretizar. A União Nacional dos Ferroviários, juntamente com a U.N.S.P., a União dos Ferroviários do Brasil, todos os Sindicatos Ferroviários e as várias Associações e União de

Ferroviários, resolveram então, convocar uma Conferência Regional Ferroviária, a qual se realizou na Baía. Desta para a Conferência Nacional foi um passo, sendo a mesma realizada no Rio entre os dias 17 e 19 de setembro, na qual foram ratificadas todas as resoluções aprovadas pelo Congresso de Campinas e pela Conferência da Baía, e aprovadas resoluções capazes de assegurar os direitos obtidos pelos ferroviários de todo o país.

Foi eleita nesta Convenção uma Comissão Nacional Permanente de Defesa das Ferrovias. Esta Comissão tratou junto ao Senado de apresentar emendas ao Projeto de Lei, conjunto da Câmara, a fim de garantir os direitos dos ferroviários. Da data de realização do IV Congresso de Campinas até a aprovação pelo Senado da emenda substitutiva Remi Acher decorreu mais de um ano. Nesse período, os ferroviários de todo o país muito aprenderam e ganharam valiosas experiências, especialmente de que só unidos e organizados poderão gozar de seus direitos já conquistados e obter novas reivindicações.

O Projeto de Lei enviado à Câmara dos Deputados não garantia os direitos assegurados em Leis, já anteriormente sancionadas. Nessas leis os ferroviários tinham garantidos direitos conquistados em memoráveis lutas.

O Congresso Nacional Ferroviário desmascarou esse Projeto de Lei e apresentou para todos os ferroviários os meios de evitar as suas maléficas consequências. Devido ao combate levado a efeito pelos ferroviários, a Câmara dos Deputados se viu na contingência de nomear uma Comissão Especial para dar parecer ao Projeto. A Comissão elaborou um substitutivo, o qual tomou o Nº 171, mas neste, muito embora melhorasse a situação dos ferroviários, não ficavam de todo garantidos os direitos já conquistados. Para que esses direitos ficassem claramente assegurados foi preciso que a Comissão Permanente de Defesa dos Fer-

roviários atuasse junto aos Senadores e que estes, sob pressão de telegramas, abaixo-assinados, cartas, e memoriais que lhes eram enviados de todas as longínquas regiões do país, onde existem concentrações e atividades ferroviárias, sentissem que os ferroviários estavam dispostos a ir à luta por seus direitos ameaçados. Isso quer dizer que os ferroviários alcançaram os objetivos almejados porque se dispuseram a lutar, caso seus direitos fossem postergados.

Agora que o "Projeto de Lei" foi enviado à Câmara dos Deputados, a fim de ser aprovada a emenda substitutiva Remi Acher, cabe aos ferroviários redobrar os seus esforços para assegurar o que foi obtido no Senado. Para isto é preciso um amplo trabalho junto à Câmara dos Deputados e particularmente a todos os Deputados individualmente, pois, a luta apenas começou, ainda existe várias etapas a vencer. Os ferroviários devem estar prevenidos para enfrentar novos problemas que poderão surgir, tais como: depois do Projeto aprovado, o veto presidencial; a coação por parte da RFFSA para que todos os servidores públicos optem pelo quadro da referida empresa; a transferência para outros setores de trabalho ou Estado onde o governo achar que é útil o servidor, em detrimento de seus direitos, etc.

Para enfrentar essa nova situação, que vai ser criada com a aprovação do Projeto de Lei, os ferroviários precisam reforçar sua unidade e organização. No processo da luta contra a transformação das ferrovias em S.A. se forjou a unidade de ação, mas a unidade orgânica dos ferroviários é precaríssima. Em empresas como a Central do Brasil, ainda existem várias organizações. O mesmo acontece com os ferroviários da V. F. do Rio Grande do Sul, mas nessa empresa as organizações existentes, estão centralizadas em torno da União dos Ferroviários, o que não acontece com os ferroviários da Central do Brasil.

Os ferroviários de todo país

precisam organizar-se. Aproveitando as suas próprias experiências em cada empresa, necessitam marchar para fundir as organizações existentes em uma única organização, que de fato congregue todas as categorias profissionais e setores esparsos das ferrovias. Para que se torne realidade essa sugestão é preciso que haja um maior entendimento e compreensão entre os ferroviários, a fim de serem afastados todos os obstáculos que até os dias atuais têm dividido os ferroviários em categorias profissionais e não tem contribuído para sua união, como se faz necessário. A família ferroviária pode e deve viver unida organicamente em cada empresa e estender os laços de sua unidade a demais empresas. Isto só é possível e pode ser viável se iniciarmos a realização de assembleias por locais de concentrações ferroviárias e locais de trabalho e na base dessas assembleias chegarmos às Convenções e Conferências por empresa. Desse modo, talvez os ferroviários encontrem o tipo único de organização que corresponda às suas necessidades. A base das experiências que foram acumulando poderão chegar às Conferências e Congressos de caráter nacional.

Só unidos e organizados, os ferroviários do Brasil poderão ser respeitados como acontece com os ferroviários de outros países.

"Voz Operária", em seus Ns. 369, 390, 391, abriu a discussão a fim de saber se a transformação das ferrovias do país em RFFSA, tem caráter entreguista. Este problema é de suma importância para o povo brasileiro, e não só para os ferroviários. Como é uma questão para ser examinada em profundidade, procurarei estudar a questão e voltarei com minha opinião em outro artigo. Mas, para isso, me basearei nos teses abarcadas no IV Congresso ferroviário e nas Convenções já realizadas. Não trato desse assunto para não ser cansativo, pois esse artigo visa alertar os ferroviários para sua unidade e organização.

PERSEGUIÇÃO AOS COLONOS EM ROLÂNDIA

OS LATIFUNDIÁRIOS de Rolândia (norte do Paraná) estão perseguindo os colonos e trabalhadores agrícolas que ingressam no Sindicato rural para defender seus direitos. Depois da derrota das investidas policiais de algumas mezes passadas os grandes fazendeiros empenham-se em nova campanha contra a sindicalização dos colonos e assalariados, demitindo aqueles que sabem pertencer ao Sindicato. Além disso, não pagam a indenização devida aos demitidos e, quando admitem novos, estes investigam se estes pertencem ao quadro sindical.

Paralelamente a estas arbitrariedades, os latifundiários fazem ameaças para impor aos colonos baixa remuneração. Pagam, geralmente, Cr\$ 5.000,00 pelo trato de mil pés de café, com direito a uma carreta de arroz, uma de feijão e uma de milho nos intervalos do café. Quando pagam Cr\$ 7.000 por mil pés reduzem a plantação e, quando o pagamento é Cr\$ 10.000,00 por mil pés, não permitem qualquer plantação entre os cafeeiros. É ainda mais: a região é grande a quantidade de pedras no solo, o que dificulta o trabalho de carpa, consumindo mais tempo e mais energias dos trabalhadores. Os latifundiários, porém, recusam-se a levar em conta esse fato no cálculo dos salários e a ouvir as repetidas advertências dos trabalhadores que são prejudicados e vêm reclamando, em vão, certas compensações. Quando os colonos procuram o Sindicato são perseguidos.



Reuniu-se a I Conferência Agrária do Maranhão

REALIZOU-SE, de 14 a 17 de dezembro, em São Luís, a I Conferência Agrária do Maranhão, da qual participaram cerca de 60 delegados e que adotou importantes resoluções. A instalação do conclave teve lugar no salão da Câmara Municipal da capital maranhense, sob a presidência do deputado Evandro Sarney. Os oradores da solenidade, entre os quais o deputado Sebastião Bandeira e o prefeito de Montes Altos, sr. Euricles Neiva, denunciaram a situação de miséria em que vivem os camponeses do Estado, sob a opressão do latifúndio, e apontaram a necessidade urgente de se adotarem medidas de reforma agrária que assegurem a posse da terra aos que nela vivem e trabalham. Delegados dos municípios do interior falaram no mesmo sentido, sugerindo algumas medidas, que figuram nas resoluções da Conferência.

As delegações

Participaram da Conferência delegados eleitos por camponeses de numerosos municípios do Estado, entre os quais os de Ca-

xias, Codó, Itapicuru, Rosário, Pedreiras, Bacabal, Vitorino Freire. Os delegados eram pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, assalariados agrícolas.

Os operários de São Luís ajudaram a realização da Conferência e manifestaram sua solidariedade às lutas e às reivindicações dos camponeses. Na sede do Sindicato dos operários da construção civil os trabalhadores ofereceram uma recepção aos delegados do campo, no curso da qual vários oradores expressaram o apoio dos operários e de suas organizações à Conferência Agrária.

A Conferência teve ampla repercussão no Estado, fazendo-se representar na mesma o governador do Maranhão. A imprensa noticiou, com destaque, sua realização, publicando as decisões adotadas pelos camponeses.

O conclave encerrou-se, solenemente, no dia 17, depois de aprovar uma resolução em que figuram importantes e urgentes reivindicações dos camponeses maranhenses.

REIVINDICAÇÕES DOS LAVRADORES CAPIXABAS

INSTALOU-SE a Comissão Permanente eleta pela Conferência dos Lavradores do Espírito Santo (realizada nos primeiros dias de dezembro), com o objetivo de lutar para que sejam levadas à prática as resoluções da Conferência e preparar um congresso de lavradores no qual serão estudadas importantes medidas de interesse dos camponeses do Estado.

São as seguintes as resoluções da Conferência de dezembro, pelas quais está lutando a Comissão Permanente:

1) — Apoiar a criação da Associação dos Lavradores do Estado do Espírito Santo, proposta pelo governo à Assembléia Legislativa e mediante certas modificações que a tornem uma organização que realmente sirva aos interesses dos homens da lavoura.

2) — Recomendar ao governo o cumprimento rigoroso da Lei de Terras do Estado, a revisão de todas as concessões de terras devolutas, a organização do cadastro territorial rural do Espírito Santo, retombamento das áreas pertencentes ao Estado cujas concessões a particulares ou organizações e a fixação em mapas das áreas disponíveis, assim como maior rapidez na expedição dos títulos de legitimação.

3) — Pôr termo às ações sumárias ilegais de despejo e confisco de bens, fazendo vigorar os dispositivos legais que garantem a inviolabilidade do domicílio, dos bens, da posse, da propriedade e da pessoa humana.

4) — Adoção, pelo governo do Estado, de um verdadeiro plano de fomento à agricultura e à pecuária.

As Resoluções da Conferência

FOR SUA importância reproduzimos, na íntegra, as resoluções da Conferência Agrária do Maranhão, que são as seguintes:

1) — Criar uma Comissão Permanente, composta de cinco membros, para aplicar as conclusões da Primeira Conferência Agrária e estudar os vários projetos sobre reforma agrária existentes na Câmara Federal.

2) — Lutar pelo fiel cumprimento da Lei de Terras, na parte em que autoriza o Estado a doar gratuitamente 25 hectares a lavradores reconhecidamente pobres com morada e lavoura fixa; pelo rápido andamento dos processos de aquisição de terras. Sugerir a urgente modificação da Lei de Terras, a fim de atualizá-la para atender às necessidades do homem de campo. Visa essa atualização aumentar de 25 para 50 hectares a área de concessão a lavradores pobres, facilidade no

processamento de requerimento e prazo de 6 anos para o lavrador explorar um terço da terra. Que sejam ouvidos os órgãos dos lavradores quando da elaboração da nova Lei. O trossim é indispensável que o governo autorize com urgência o Departamento de Terras a proceder ao levantamento das áreas que pertencem ao Estado.

3) — Lutar por uma lei estadual que assegure o direito ao lavrador com mais de cinco anos de trabalho efetivo e mo-

rada habitual em terras do Estado de não ser desalojado de sua propriedade, mesmo que esta esteja encravada, em terras devolutas aforadas ou vendidas a outrem e que seu título legal de posse ainda não esteja regularizado.

4) — Apoiar o projeto do deputado José Maria de Carvalho referente à criação da Secretaria de Agricultura e reconhecer como úteis os Núcleos Coloniais, pugnando pela reabertura do núcleo de Mearim e a criação de outros, em outros municípios.

5) — Enviar esforços junto ao Departamento de Terras, Assembléia Estadual, Governo do Estado para que sejam delimitadas as zonas de criação e de lavoura, com normas claras os deveres e obrigações em umas e outras.

6) — Pleitear, junto ao governo, a fixação anual de preços mínimos para o arroz, algodão

10) — Apoiar o projeto sobre a extensão da legislação trabalhista ao trabalhador rural, ora em discussão na Câmara Federal.

11) — Criação de uma rede de ambulatórios e escolas primárias para atender especificamente lavradores, criadores e seus filhos, nos municípios onde existirem Associações Rurais, que deverão ser os órgãos fiscalizadores daquelas unidades.

12) — Lutar pela rebaixa dos fóros, que deverão ser regulados por lei.

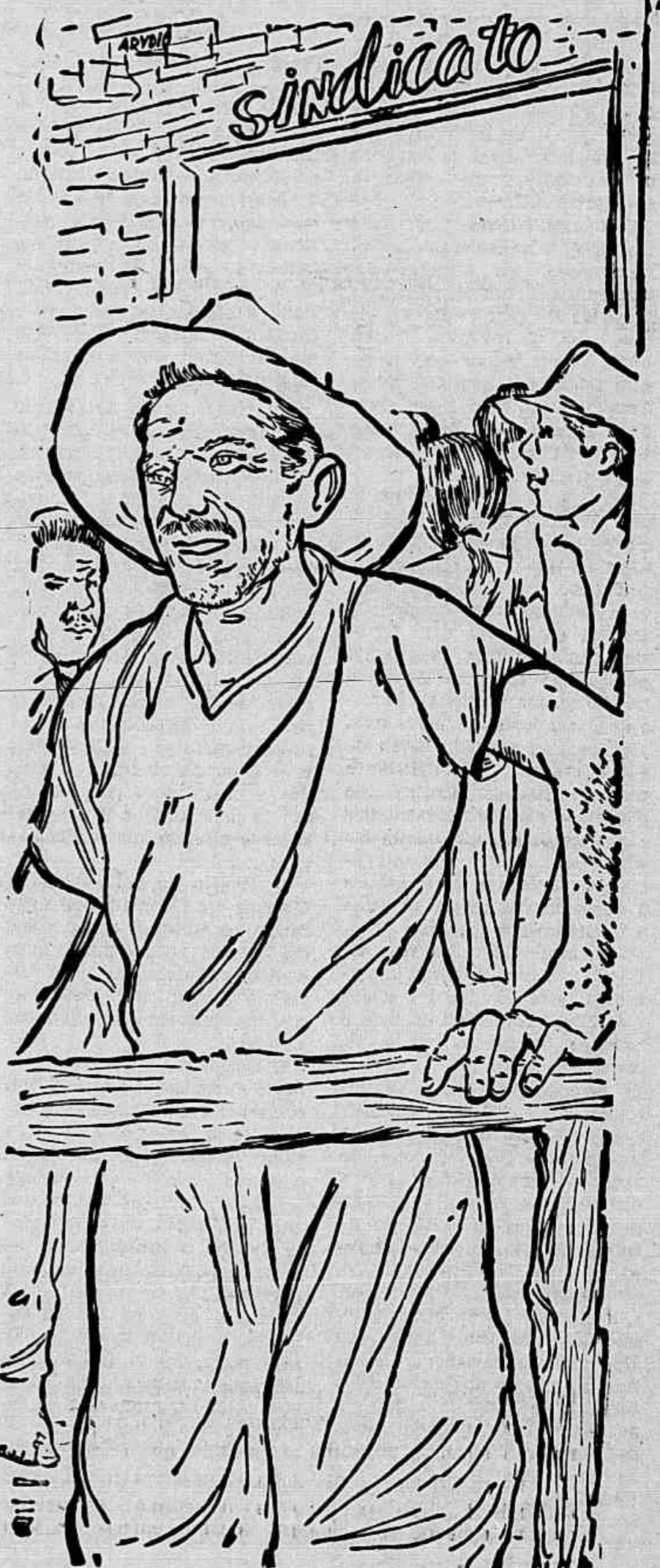
13) — Fundar a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, com a finalidade de desenvolver o associativismo, através de novas associações, para lutar pelas reivindicações do homem de campo.

e babaçu, através de uma carteira de crédito agrícola do Banco do Estado, carteira que funcionaria como regulador e estimulador dos preços. As Agências Arrecadoras ficariam encarregadas pelo Banco de receber, depósitos e pagar as entregas dos produtos de qualquer produtor.

7) — Enviar esforços para que o Fomento distribua, gratuitamente, ou mediante empréstimo, sementes de arroz e algodão, de safra a safra (de preferência sementes produzidas em seus próprios campos) e venda, a prazo de vinte meses ferramentas agrícolas.

8) — Lutar por um sistema de crédito fácil, a prazo nunca inferior a vinte meses, com juros módicos para os pequenos proprietários e lavradores sem terra, cuja garantia seria a de um fiador para seus empréstimos.

9) — Insistir junto ao governo federal pela rápida conclusão do ramal da Estrada de Ferro Coratá-Pedreiras e junto ao governo estadual por um plano de estradas de rodagem que atinja os principais centros produtores.



Que é o Stalinismo?

Do culto à personalidade, suas consequências e os problemas atuais do socialismo.

Os melhores documentos sobre estes momentos acúntos.

Em APÊNDICE:
O TESTAMENTO DE LENIN — Publicado pela primeira vez na íntegra, acompanhado de duas cartas sobre A QUESTÃO DAS NACIONALIDADES OU A «AUTONOMIZAÇÃO». Cr\$ 60,00

A venda nas livrarias e pelo Serviço de Reembolso Postal
Pedidos à Editorial VITÓRIA LIMITADA
Rua Juan Pablo Duarte, 50 sobrado. — Rio

Por um Caminho Italiano Para o Socialismo

Para isso é indispensável o empenho solene de todas as autoridades que devem zelar pela Constituição, e uma ação firme, incessante e harmônica por parte de todos os Partidos que não queiram, de fato, colocar-se fora da Constituição. O Parlamento deve controlar com maior severidade a ação de todos os representantes dos poderes públicos, até os ministros, para impedir que eles se tornem culpados por violações dos direitos constitucionais outorgados aos cidadãos; o Parlamento deve conseguir que o governo intervenha na defesa desses direitos na administração pública e nos locais de trabalho; deve zelar pela aplicação dos dispositivos da Corte Constitucional.

Nesse quadro geral, o VIII Congresso do P.C.I. frisa a necessidade de uma vasta ação do Parlamento no país para conseguir:

- a aplicação integral e democrática das leis vigentes sobre o emprego e seu melhoramento segundo as propostas apresentadas pela C.G.I.L.;
- o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores na administração pública e em todos os locais de trabalho, por meios legislativos e acordos sindicais;
- aprovação de um estatuto jurídico inspirado nos princípios constitucionais para todas as categorias do funcionalismo público (professores das escolas elementares e médicas, ferroviários, etc.).

Entre as massas trabalhadoras nas fábricas e nos campos, que se deve realizar antes de tudo a agitação em prol desses objetivos, não deixando sem resposta adequada nenhum ato de violência e de injustiça patronal; devemos reunir em torno dos trabalhadores que defendem seus direitos e sua dignidade a grande maioria da população.

b) A volta ao «Estado de Direito» garantido pela Constituição comporta a restituição ao Parlamento, ainda por meio de reformas regulamentares e de processos, da autoridade, da autonomia e do funcionamento necessários para exercer-se controle efetivo sobre o executivo e para formar-se as leis de atuação da Constituição.

Isso significa, em primeiro lugar, exigir e impor o respeito aos termos precisos fixados, como no caso das regiões, para a atuação do programa legislativo constitucional; eliminar os obstáculos sistematicamente interpostos ao exercício da iniciativa parlamentar; impedir a contínua ingerência do governo no programa de trabalho das Câmaras, trabalho a ser estabelecido pela Presidência e pelos chefes do grupo; colocar efetivamente o parlamento, ainda por meio da atribuição de novas funções às Comissões Parlamentares, na possibilidade de exercer um controle eficaz sobre a ação da Administração e, em particular, sobre os orçamentos e sobre a despesa da administração estatal e das entidades e das gestões autônomas, que devem possuir todos os órgãos de gestão representativa.

O VIII Congresso aprova e faz próprias as propostas apresentadas para um melhor funcionamento do Parlamento pelo grupo parlamentar comunista, ressaltando ao mesmo tempo que a ação para dar um novo sentido à vida do parlamento italiano não pode ser apenas uma batalha a ser travada no interior do Parlamento, devendo ser realizada em estreita ligação com os eleitores em todo o país.

c) O desenvolvimento democrático da vida nacional é, segundo a constituição, garantido por uma profunda modificação, por ela prevista, das velhas estruturas do estado italiano, através do desenvolvimento da autonomia local e a ampla articulação de uma parte das funções hoje atribuídas ao parlamento e ao executivo, e a eliminação do controle sufocante que o executivo, com os prefeitos, exerce hoje sobre toda a atividade das entidades por intermédio do governo local, dos órgãos auxiliares e colaterais e de governo local (entidades de assistências, hospitais, empresas municipalizadas, etc.) e finalmente sobre uma parte importante da atividade civil dos cidadãos.

A criação da Região e, no quadro desta, de uma nova configuração das funções dos poderes a serem atribuídos às comunas e às províncias e às pequenas entidades locais, e de suas relações mútuas com o Estado — fundidas à abolição total do Instituto Municipal — representa portanto um dos aspectos mais importantes e urgentes da legislação constitucional. Nesse quadro, deve-se pôr imediatamente em vigor o estatuto especial para Trieste e dar vida, por meio de um estatuto especial, à região de Friuli-Venezia Giulia, previsto pelo artigo 116 da Constituição; deve ser removido qualquer obstáculo à plena extensão da autonomia das regiões com estatuto especial já existente, reconhecendo-se a prerrogativa

(PROJETO DE TESES PARA O VIII CONGRESSO DO P. C. I.)

tivas particulares atribuídas pela Constituição à região siciliana, ainda através da manutenção, ligando-a à Corte Constitucional da Alta Corte para a Sicília e atribuindo à região sarda funções legislativas primárias; o reforço na garantia dos plenos direitos a todas as minorias nacionais na Venezia-Giulia e no alto Adige, onde isso condiciona a luta consequente, desenvolvida com firmeza, contra as manobras nacionalistas e nazistas alimentadas pelo imperialismo tedesco. As denúncias das injustiças inauditas que continuamente rebatam e suprimem as autonomias locais, e a luta das massas dos cidadãos contra isso é condição para o êxito de toda a ação.

O VIII Congresso empenha todo o Partido numa vasta campanha para esclarecer esses objetivos e para desenvolver em união com todas as forças democráticas as iniciativas de mobilização popular mais adaptadas a colocar o problema da reforma da estrutura do estado na ordem-do-dia da nação.

d) A volta à normalidade constitucional comporta a afirmação e a defesa por parte de todos os partidos e do governo da república, do caráter puramente laico e civil do Estado e de todos os órgãos da administração pública, o que é imposto pela norma constitucional contida no artigo 7, que afirma em primeiro lugar a distinção clara entre o civil e o religioso, e exclui de modo inequívoco qualquer direito da igreja em intervir sob qualquer pretexto na vida política e na atividade governamental.

O empenho da República em respeitar os acordos lateranenses é condicionado constitucionalmente por tais normas e dentro desses limites. Todas as autoridades que devem defender a Constituição devem portanto ser solicitadas a manter vigilância no sentido de que o artigo 7 da Constituição seja estritamente interpretado e aplicado.

O VIII Congresso delega mandato aos parlamentares comunistas no sentido de promoverem, de acordo com os parlamentares dos demais partidos democráticos, uma regulamentação legislativa clara, das relações entre administração estatal, as administrações locais e as organizações eclesásticas e clericais em todos os domínios da atividade econômica e social.

Pela liberdade da cultura, pela reforma da escola

18. A luta pela consolidação e pela ampliação da democracia se entrelaça estreitamente e constitui um todo único com a ação por promover e desenvolver o renascimento intelectual e cultural da nação. Nesse sentido, impõe-se hoje de modo urgente uma maior esforço para garantir a liberdade plena à pesquisa científica e à criação artística, base indispensável ao florescimento e à própria existência da cultura, e que, proclamada em palavras, é hoje mais do que negada, de fato, pelas classes dirigentes em nosso país, pela inadaptação das estruturas organizativas, pelo monopólio de alguns instrumentos essenciais — como a imprensa e o rádio — pela ingerência sistêmica dos governantes, dos dirigentes sindicais e do patronato monopolista na atividade livre dos técnicos e dos intelectuais. Assim, esses são subordinados a uma pressão contínua, entrelaçada de tentativas de corrupção, de ameaças de chantagem — tendentes a reduzi-los a burocratas servidores da atual classe dirigente. Importantes setores em nossa vida artística, como a criação cinematográfica encontram-se, assim, impedidos de se desenvolverem.

Por isso, a luta pela liberdade da cultura, apresenta-se hoje, na Itália, cada vez mais estreitamente ligada à luta para limitar o poder do patronato monopolista e a predominância clerical na sociedade e no Estado. Nesse sentido surgem alguns problemas de importância essencial que dizem respeito à abolição das atuais leis fascistas sobre a censura teatral e cinematográfica; a autonomia, baseada numa transformação democrática de seus regulamentos, dos mais importantes instrumentos de organização e orientação da vida intelectual italiana; a reorganização e o provimento em instrumentos de pesquisas científicas que devem ser realizadas principalmente na universidade e por isso deve contar com financiamento adequado pelo Estado.

A reorganização e o equipamento da pesquisa científica exigem por outro lado um esforço unitário e complexo porque pode surgir um impulso essencial ao desenvolvimento, no sentido moderno, da cultura italiana, no qual devem sempre ser cada vez mais postos em primeira plana os problemas que se apresentam à ciência contemporânea e à sua aplicação. É um aspecto da luta por reunir num só campo os laços cada vez mais estreitos entre a teoria e a prática, entre o pensamento e a ação, assegurando-se desse modo a participação da cultura e dos intelectuais no processo de transformação democrático e socialista de toda a sociedade italiana.

Em tal caminho muitos passos avante ainda tem que ser dados, e ao percorrermos essa estrada devemos nos esforçar por prestar uma contribuição ainda maior de cultura marxista, desenvolvendo a grande herança intelectual de Antônio Gramsci e realizando um esforço particular não só de pesquisa como também de elaboração em todos os domínios da pesquisa científica e da criação artística.

Cabe em particular à cultura marxista dedicar com maior empenho seus esforços à análise da situação econômica e social italiana e aos problemas derivados do desenvolvimento das forças produtivas. Nessa obra, a cultura marxista deve constituir um núcleo de tudo aquilo que de positivo possa ser fornecido pelos estudos realizados à luz de outras correntes ideológicas, porém colocando sempre, em foco e com

vigor as debilidades, os erros e as contradições que se manifestam onde não há a visão orgânica da realidade, vindo dada pelo materialismo histórico.

No entanto, a luta por uma cultura livre e moderna obterá resultados escassos se não se estabelecer como objetivo fundamental o renascimento e o desenvolvimento da escola laica, hoje assediada externamente pela escola confessional, favorecida de mil maneiras pelo governo, e minada internamente pela precariedade do equipamento, da situação econômica do corpo docente, ofensiva à sua posição e à sua dignidade pelo atraso e pela desorganização dos programas que não mais respondem de modo algum às exigências ditadas pela realidade nacional e além disso continuamente subordinados a manipulações de sentido clerical.

A instituição da escola única obrigatória e gratuita até os 14 anos pode representar o ponto de partida para uma renovação geral da escola italiana, renovação que deverá atingir as universidades, influenciando sobre sua estrutura, regulamentos e programas. Na escola elementar, cuja debilidade orgânica mantém ainda no analfabetismo e no semi-analfabetismo milhões de cidadãos, na escola média inferior e na chamada escola de seleção concentram-se hoje de fato, todas as contradições e falhas de nossa organização escolar.

No quadro dessa reforma geral da escola são vastos os problemas, particularmente agudos no período de rápida transformação da técnica produtiva e do desenvolvimento qualitativo da ciência, da instrução profissional dos trabalhadores e das trabalhadoras, e da criação de uma base escolar capaz de garantir a formação de um número sempre crescente de técnicos e de cientistas indispensáveis ao progresso da economia nacional.

Para elaboração de um programa de reforma geral da escola, os comunistas, que já apresentaram ao parlamento e ao país algumas propostas concretas e que colocam os problemas da escola no centro de sua ação cultural, no sentido de uma ofensiva geral contra o analfabetismo e pelo desenvolvimento do movimento cultural autônomo e das grandes massas populares, solicitam a colaboração de todas as forças que queiram continuar fiéis à Constituição e trabalhar sinceramente para o progresso da nação.

Contra o desemprego e a miséria — Pelo bem-estar dos trabalhadores e do povo — Pelas reformas da estrutura

19. A luta pela consolidação e ampliação da democracia não obterá resultados eficazes se não fosse estreitamente ligada à luta pelo monopólio da terra, da indústria e das finanças. Aliás, é ainda para esse fim, além de para o fim de favorecer a gestão das riquezas nacionais no interesse da coletividade, que a Constituição prevê uma profunda transformação da atual estrutura econômica. As reformas de estruturas previstas pela Constituição não pressupõem a abolição das relações de produção capitalistas, mas realizáveis no âmbito dessas relações, não atentam contra as bases destas com a abolição das estruturas pré-capitalistas mais atrasadas e com a redução e a eliminação das estruturas monopolistas mais sufocantes e parasitárias. A luta pelas reformas de estrutura previstas pela Constituição tem, por isso, um caráter concreto e atual e pode e deve ser desenvolvida imediatamente não só com as iniciativas a serem tomadas no plano parlamentar, mas também particularmente com as iniciativas que se concretizam por meio de uma orientação justa e com o desenvolvimento, no sentido estrutural, das ações reivindicatórias dos trabalhadores e dos desempregados.

São por isso condenáveis todos os resquícios de reformas reformistas e maximalistas, ainda em voga nas fileiras do movimento operário, que tendem a isolar as lutas pelos direitos constitucionais e a liberdade dos trabalhadores e as reivindicações econômicas da luta pelas transformações estruturais da nossa sociedade, luta que se procura relegar ao domínio da conquista do poder. Cabe-nos, ao contrário, difundir entre as grandes massas dos trabalhadores ocupados e dos desempregados e entre as camadas médias das cidades e do campo a consciência de que o aumento da renda nacional por meio da ampliação dos investimentos e o aumento da produtividade nas condições concretas da economia italiana e na fase atual de desenvolvimento das forças produtivas, poderá levar, se não ao pleno emprego ao menos à reabsorção de grandes quantidades de desempregados, à atenuação da miséria e uma melhoria geral das condições de vida das massas populares, sem a eliminação do monopólio da terra e a instauração de um controle democrático sob a atividade dos monopólios industriais e financeiros. Esse controle deve chegar até a gradual nacionalização, com base no artigo 43 da Constituição, «de todas as empresas ou categoria de empresas de serviço público essencial ou de fonte de energia ou de situação monopolista que tenham caráter de grande interesse geral». A expulsão de dezenas de milhares de trabalhadores da produção no campo em consequência do desenvolvimento da mecanização realizada no interesse exclusivo do monopólio técnico industrial e financeiro e pela crescente pressão monopolista sobre a pequena empresa no campo, como a ameaça já em ação, e que tende a agravar-se, de expulsão do processo de produção industrial milhares de operários, em consequência de novas técnicas produtivas com o único objetivo de concederem aos capitalistas o máximo de lucros confirmam essa tese e criam condições de urgência e inclusive possibilidades novas na luta pelas reformas de estrutura e contra o parasitismo monopolista.

A luta por libertar a sociedade italiana da praga do desemprego permanente e semi-permanente de milhões de cidadãos não pode portanto limitar-se a simples medidas de programação de investimentos previsto pelo esquema Vanoni, mas deve traduzir-se numa orientação de política econômica que limite o poder das monopólios e modifique a estrutura.

(Continua)

NOTA DO PRESIDÍUM DO C.C. DO P.C.B.

Recebemos com pedido de publicação a seguinte nota:

O Presidium do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil saúda o crescente movimento patriótico de protesto que ganha o país inteiro contra a entrega de Fernando de Noronha para servir de base militar aos Estados Unidos. A vigilância do povo e da imprensa democrática conseguiram levantar amplo debate em torno desta questão, denunciando a manobra do sr. Macedo Soares, ministro do Exterior, que visava consumir em segredo a entrega, pelo longo prazo de vinte anos, desta parte do território nacional.

A pretensão de experiências com foguetes teleguiados, o governo norte-americano quer de fato construir e ocupar na ilha Fernando de Noronha e, posteriormente, em outros pontos do território nacional (Fortaleza e Macaé) bases militares a serem incluídas no dispositivo militar agressivo dos Estados Unidos, declaradamente dirigido contra os países do campo socialista, em particular contra a União Soviética, e contra todos os povos que lutam pela democracia e pela independência nacional. O governo norte-americano tenta submeter nosso país aos seus planos guerreiros e fazer de nosso território trampolim militar para suas forças armadas.

ENVOLVER o Brasil numa guerra de agressão — é este um dos objetivos que têm em mira os círculos dirigentes de Washington ao exigirem do governo brasileiro a cessão da ilha Fernando de Noronha. Além disso, têm ainda por objetivo estabelecer posições militares que permitam aos monopólios norte-americanos e ao Departamento de Estado exercerem maior pressão sobre o governo brasileiro e poderem, em caso de necessidade, apoiar com rapidez as forças reacionárias contra o crescente movimento em defesa da soberania nacional no Brasil e demais países da América Latina. A ocupação militar de determinados pontos do litoral brasileiro faz parte dos planos dos monopólios norte-americanos visando apoderar-se do petróleo brasileiro, dos minerais radio-ativos e demais riquezas nacionais e criar condições mais propícias à instauração no Brasil de uma ditadura terrorista inteiramente submissa ao Departamento de Estado, a exemplo das já existentes em numerosos países do Continente, ditadura que se entregue à tarefa de preparar o Brasil para a guerra.

ESTES objetivos chocam-se frontalmente com os sentimentos patrióticos e os interesses da maioria esmagadora da nação. Nas atuais condições do mundo, a paz e uma política consequente de defesa da paz e de relações amistosas com todos os povos, colocam diante do povo brasileiro a possibilidade segura de avançar no sentido da independência nacional e do progresso. O firme apoio da União Soviética, da República Popular da China e demais países do campo socialista ao Egito, atacado pelos colonialistas anglo-franceses e pelo governo de Israel, acaba de comprovar praticamente que a existência do sistema socialista mundial constitui hoje poderosa garantia de êxito para todos os povos que lutam contra o colonialismo e pela libertação do jugo imperialista.

OS entreguistas e reacionários tentam, porém, ludibriar o povo com a chantagem guerreira dos círculos dirigentes de Washington, intensamente propagada pela imprensa reacionária do mundo inteiro. É condenável que o sr. Juscelino Kubitschek endosse com sua palavra semelhante propaganda. A ameaça à paz vem dos Estados Unidos e de seus aliados nos demais países imperialistas. Para tentar justificar concessões aos Estados Unidos, incompatíveis com os interesses nacionais, declara o sr. Presidente da República que «mesmo na intenção de pacificar, devemos estar preparados para qualquer eventualidade» e cita os acontecimentos recentes na Hungria como indicio do perigo que nos ameaça. É evidente, no entanto, que o fascismo levantou a cabeça na Hungria e que a sua vitória naquele país constituiria uma ameaça à paz mundial. O foco de guerra que os imperialistas norte-americanos julgaram possível criar foi rapidamente esmagado pelo povo húngaro com a colaboração decisiva das forças soviéticas. Os últimos acontecimentos internacionais provaram que as forças da paz são muito mais poderosas que as forças da guerra.

ESTÁ em contradição com os fatos pretender falar em «colaboração defensiva», como afirma o sr. Presidente da

República, para tentar justificar a entrega aos militaristas norte-americanos da ilha Fernando de Noronha. É igualmente falso pretender justificar semelhante orientação em nome de supostos «compromissos internacionais do Brasil», como acaba de declarar o vice-presidente da República, sr. João Goulart. O povo brasileiro não pode de forma alguma reconhecer pretensos «compromissos internacionais» que atentam contra a soberania nacional e violam os preceitos constitucionais. A Constituição da República proíbe qualquer aliança militar agressiva e declara taxativamente no item 3º do artigo 68 que só por motivo de guerra pode o Congresso Nacional autorizar o Presidente da República a permitir que tropas estrangeiras permaneçam em território nacional.

NAO se pode admitir igualmente a tese antipatriótica da entrega de Fernando de Noronha em troca de «compensações» por parte dos Estados Unidos. Há pessoas que supõem, ante as exigências dos Estados Unidos, vantajoso aproveitar a oportunidade para conseguir ajuda destinada ao desenvolvimento econômico e à pujança militar do Brasil. É este um perigoso equívoco. A nossa experiência já demonstrou, como aconteceu na 2ª guerra mundial, que, ao invés de «compensações», enfrentaremos a ameaça de uma ocupação permanente. Não é diferente o que nos dias de hoje se passa na Islândia, onde o povo unânime com o apoio do Parlamento luta pela saída das tropas norte-americanas, encontrando da parte dos militaristas lanques tenaz resistência a abandonarem as posições conquistadas em solo estrangeiro.

O povo brasileiro não concordará jamais com a entrega de Fernando de Noronha aos militaristas lanques. As posições do sr. Juscelino Kubitschek, cedendo às insólitas exigências norte-americanas, colocam-no em oposição direta com as forças patrióticas e democráticas que o apolaram nas eleições e garantiram sua posse. Para resistir com êxito à pressão e a todas as ameaças do governo de Washington conta ainda o governo brasileiro com o apoio decidido e entusiasta da maioria esmagadora da nação.

ESTENDEMOS a mão a todos os amigos da paz, a todos os patriotas e democratas, conchamando-os a se manterem vigilantes e a lutarem unidos em defesa da soberania nacional, contra a entrega de Fernando de Noronha ao governo dos Estados Unidos, contra a ocupação de nosso solo por tropas estrangeiras. Dirigimo-nos aos trabalhadores getulistas e aos militantes do Partido Trabalhista Brasileiro, certos de que, coerentes com a Carta-Testamento de Vargas, não podem de forma alguma concordar com em nome de supostos «compromissos internacionais» seja permitida a ocupação de nosso solo pelos soldados de uma potência estrangeira. Com este mesmo propósito, dirigimo-nos aos socialistas e pessepeístas, aos líderes e adeptos de todos os partidos políticos e correntes de opinião. Juntos poderemos fazer prevalecer os supremos interesses do Brasil.

EXIJAMOS que as conversações com os representantes diplomáticos dos Estados Unidos sejam feitas publicamente e que seja conhecida do povo a correspondência trocada entre os chefes de Estado do Brasil e dos Estados Unidos a respeito da base militar em Fernando de Noronha.

EXIJAMOS que qualquer entendimento ou acordo seja previamente submetido à apreciação do Congresso Nacional.

MANIFESTEMOS ao sr. Presidente da República, aos ministros das pastas militares e aos membros do Congresso Nacional nossa repulsa contra a entrega de Fernando de Noronha aos militaristas lanques. Expressemos nossa firme disposição de luta em defesa da soberania nacional.

NOSSO povo, que tem defendido com êxito o petróleo brasileiro do assalto da Standard Oil, pode impedir a alienação do território nacional e a ocupação de nosso solo por tropas estrangeiras. Unamo-nos para defender a paz, a integridade da pátria e a honra da nação, a liberdade e a vida de nosso povo!

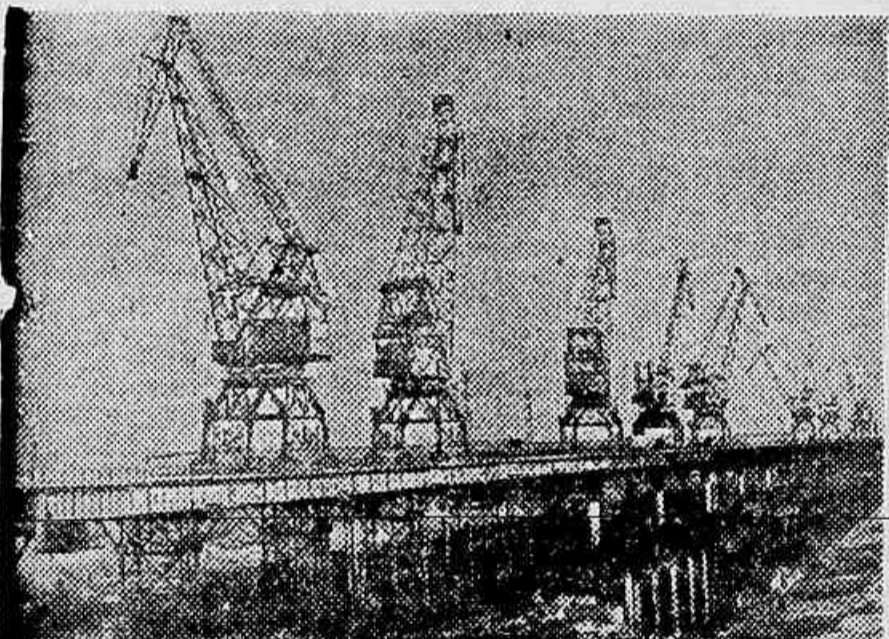
O PRESIDÍUM DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Rio, janeiro de 1957.



Nicolas Guillén, poeta nacional de Cuba, ora em Moscou, entrevém-se com os seus amigos da Fábrica de Automóveis Likatchev, ex-Stálin. Guillén declina versos na associação literária da fábrica. (TASS).



No seu sexagésimo aniversário, Nikolai Tikhonov, conhecido poeta e escritor soviético, recebeu várias homenagens dos escritores e de organizações soviéticas e estrangeiras. O poeta que aparece em companhia de Isabelle Blum, Leonid Leonov e outras personalidades, agradece as homenagens. (TASS).



Uma das maiores estações hidro-elétricas do país, de 2.300.000 kw. de potência, está em construção no Volga, ao norte de Stalingrado. O país soviético progride, realizando as tarefas do VI Plano Quinquenal. (TASS).



Festival da Arte e Literatura Estoniana em Moscou — Após o concerto no Conservatório do Estado, fala saudando os artistas estonianos o famoso compositor D. Shostakovitch. (TASS).

ASPECTOS DA

Vida Soviética



Nos palácios dos pioneiros, as crianças soviéticas desenvolvem suas faculdades artísticas. Eis na foto, escolares de Tallin, capital da RSS da Estónia, aplaudindo seus colegas artistas amadores.



Moças bordadeiras de uma escola de arte de Poltava trabalham para o Sexto Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes a realizar-se este ano em Moscou. A professora M. O. Makarova dirige os trabalhos das escolares. (TASS).